

João Esteves

# MULHERES E REPUBLICANISMO (1908-1928)



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género  
Presidência do Conselho de Ministros

COLEÇÃO  
fio de ariana

5



Colecção Fio de Ariana

Mulheres e Republicanismo  
(1908-1928)

JOÃO ESTEVES

Comissão para a Cidadania  
e Igualdade de Género  
Presidência do Conselho de Ministros  
Lisboa - 2008

O conteúdo deste Livro pode ser reproduzido em parte  
ou no seu todo se for mencionada a fonte.  
Não exprime necessariamente a opinião da  
Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

**Título:** Mulheres e Republicanismo (1908-1928)

**Autor:** João Esteves

**Prepararam esta edição:** Teresa Alvarez e Isabel de Castro

**Capa:** Susana Santa Clara

**Fotografia da Capa:** “Grupo das Treze” publicada na revista  
*A Mulher e a Criança* n.º 24, Maio de 1911

No primeiro plano, sentadas a partir da direita: D. Judith Pontes  
Rodrigues, D. Carolina Amado, D. Ernestina Pereira Santos, D. Lydia  
d’Oliveira, D. Maria Velleda, D. Antónia Silva e D. Adelina Marreiros  
No segundo plano em pé: D. Honorata de Carvalho, D. Marianna Silva,  
D. Filipa d’Oliveira, D. Bertha Villar Coelho, D. Lenia Loyo Pequito  
e D. Carolina Rocha da Silva (suplente).

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

<http://www.cig.gov.pt>

Av. da República, 32-1º - 1050-193 LISBOA

Telf. 21 798 3000 Fax: 21 798 3099

E-mail [cig@cig.gov.pt](mailto:cig@cig.gov.pt)

R. Ferreira Borges, 69-2º - 4050-252 PORTO

Tel. 22 207 4370 Fax: 22 207 4398

E-mail [cignorte@cig.gov.pt](mailto:cignorte@cig.gov.pt)

Tiragem: 2.500 Exemplares

ISBN-978-972-597-304-2

Depósito Legal: 279111/08

Execução gráfica: Offsetmais Artes Gráficas, S.A.

## Índice

Nota Prévia . . . . .	7
Cronologia . . . . .	9
Mulheres e Republicanismo . . . . .	23
1. Mobilização, organizações e militância . . . . .	23
2. Pela República: da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas à Revolução. . . . .	29
3. Cidadania, republicanismo e reivindicações feministas . . . . .	37
4. A República ameaçada . . . . .	49
Antologia . . . . .	61
Fontes e Bibliografia . . . . .	109



## Nota Prévia

Uma educação que se configure no quadro dos valores da cidadania, que vise a educação para a paridade e se alicerce no desenvolvimento de práticas coeducativas não se coaduna com concepções estereotipadas de feminidade e de masculinidade, nem com desequilíbrios na visibilidade e no tratamento conferidos à participação de mulheres e de homens nas diferentes áreas do conhecimento, da cultura e da organização social.

A (in)visibilidade e a estereotipia de género continuam presentes nos programas curriculares e nos materiais pedagógicos, perpetuando modelos de mulheres e de homens profundamente assimétricos quanto ao valor individual e social atribuídos a umas e a outros. A reprodução da desigualdade de género em educação assume hoje contornos subtis e quase invisíveis, condicionando as opções e os projectos de vida futura de raparigas e de rapazes. Os efeitos estão patentes nos desequilíbrios significativos que subsistem entre mulheres e homens em áreas como a participação cívica e política, a tomada de decisão, a organização familiar, o mercado de trabalho e o uso do tempo.

A integração da dimensão de género na prática pedagógica de docentes e de educadoras/es que viabilize a emergência, no sistema educativo, de modelos sociais, femininos e masculinos, mais diversificados, exige uma

maior aproximação entre a investigação científica e a prática educativa.

A colecção *Fio de Ariana* tem como objectivo contribuir para essa aproximação através da divulgação da investigação realizada no âmbito dos Estudos sobre Género e dos Estudos sobre as Mulheres. Ao dar visibilidade à participação das mulheres em todas as esferas da actividade humana, pretende-se evidenciar o facto de que mulheres e homens constituem, e sempre constituíram, elementos indissociáveis e partes integrantes de um mesmo sujeito social, múltiplo e actuante.

Com o título *Mulheres e Republicanismo* pretende esta Comissão dar continuidade a uma colecção cujo objectivo é contribuir para que a dimensão da relação entre mulheres e homens se torne um elemento estruturante de toda a interpretação e conhecimento que vamos construindo sobre a realidade social.

Comissão para a Cidadania  
e Igualdade de Género  
Junho de 2008



## Cronologia

### 1908

- Intervenção feminina em reuniões e iniciativas de Centros Escolares Republicanos, da Associação do Registo Civil e da Junta Federal do Livre Pensamento.
- Tentativa revolucionária para derrubar a Monarquia, com a prisão e exílio dos responsáveis [28/01].
- Assassinato do rei D. Carlos e do príncipe herdeiro D. Luís Filipe no Terreiro do Paço [01/02]. D. Manuel II, com 18 anos, sobe ao trono e João Franco parte para o exílio.
- O PRP elege sete deputados nas eleições promovidas pelo ministério de Ferreira do Amaral [05/04].
- Participação de Adelaide Cabete, Amélia Levy de Sousa Lobo, Ana Maria Gonçalves Dias, Judite Pontes Rodrigues, Lucinda Tavares, Maria Clara Correia Alves, Maria Veleda e Sofia Quintino no I Congresso Nacional do Livre Pensamento [19-22/04].
- Plebiscito de "A Tribuna Feminina" (A República), às mulheres republicanas [08/07].
- Maria Adelaide Brito, Deolinda de Oliveira e Ilda Serrano, Antonina Góis, Luísa Leitão Ramos, Gertrudes Silva, e Conceição Adelina Ferreira secretariam comícios republicanos em, respectivamente, Benavente [23/08], Alcobaça [30/08], Bombarral [06/09], Zambujal [11/10], Sobral de Monte Agraço [25/10] e Aldeia Galega [30/10].

- António José de Almeida, Bernardino Machado e Magalhães Lima convidam as senhoras a formar a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas [25/08] e manifestam a adesão do Partido Republicano à agremiação [28/08].
- Eleições municipais com vitória republicana em Lisboa e em vereações do vale do Tejo, Alentejo e Algarve [01/11].

## 1909

- Propaganda a favor da aprovação da Lei do Divórcio.
- Início formal das actividades da Liga, com discursos de dirigentes do P.R.P. [27/02].
- Congresso do Partido Republicano Português, em Setúbal: a Liga é reconhecida como fazendo parte das estruturas republicanas e Ana de Castro Osório discursa [23-25/04].
- Maria Veleza é julgada e condenada por abuso de liberdade de imprensa [09/07].
- Elvira da Conceição Silva, Laura de Jesus de Almeida e Luísa Eduarda Gonçalves, Sara Beirão e Teresa Henriques Gomes, Ermelinda Moura, e Dionília de Oliveira secretariam comícios republicanos em Sesimbra [14/02], Aldeia Galega [02/05], Tábua [02/05], Torres Vedras [06/06] e Barcarena [11/07].
- A Junta Liberal organiza um cortejo de mais de cem mil pessoas em Lisboa. As mulheres fazem-se representar [01/08].

## 1910

- Ana de Castro Osório assiste à reunião alargada do Directório do PRP [30/01].

- Ana Maria Gonçalves Dias intervém no Congresso Republicano do Porto [30/04].
- Júlia Nobre, Henriqueta Martins e Berta Barreto, Luísa Leitão Santos, Rosária Barros e Rosalina Moura, Bárbara Pascoal, Maria Palma, Aurora Prazeres, Emília Costa Matos e Leonor Bragança, Maria de Almeida e Lúcia de Oliveira Mota, Alda Duarte e Adelaide Duarte secretariam comícios republicanos em Sacavém [14/08], Merceana [14/08], Vialonga [14/08], Santo Estêvão [16/08], Vendas de Azeitão [21/08], Pinhal Novo [21/08], Bucelas [21/08], Portalegre [22/08], Samouco [25/08] e Rio de Mouro [27/8].
- O PRP elege 14 deputados nas eleições para o Parlamento [28/08].
- Conferência anticlerical de Miguel Bombarda na sede da Liga [11/09].
- Assassinato de Miguel Bombarda [03/10] e suicídio do almirante Cândido dos Reis [04/10], chefes civil e militar da revolução republicana; proclamação da República nos Paços do Concelho de Lisboa, com designação do Governo Provisório presidido por Teófilo Braga [05/10]. A Família Real embarca, dias depois, para Inglaterra.
- Adelaide Cabete e Carolina Beatriz Ângelo confeccionam as bandeiras verdes e vermelhas utilizadas na Rotunda, durante a revolução de 5 de Outubro. Olívia Toscano Saldanha, Ermelinda Rosa Inácio Antunes e Ana Robalo trabalham como enfermeiras.

- Maria Clara Correia Alves, Adelaide Cabete, Margarida Ribeiro Neves, Maria Florinda Páscoa, Alice Ribeiro, Deolinda Lopes Vieira e Ilda Jorge participam no Segundo Congresso Nacional do Livre Pensamento [13-18/10].
- Uma delegação da Liga cumprimenta o Governo Provisório da República [20/10].
- A Liga entrega nos ministérios as suas reivindicações e as listas a favor da lei do divórcio. A Obra Maternal apresenta uma representação ao Ministro do Interior [27/10].
- Publicação das Leis do Divórcio [03/11] e da Família [25/12], de Afonso Costa.

## 1911

- Reunião da Obra Maternal e da Liga com Afonso Costa, Ministro da Justiça, para debater os problemas da protecção à infância e extinção da mendicidade [07/01].
- Decreta-se o descanso semanal obrigatório para todo o assalariado [10/01].
- Representação da Liga a Teófilo Braga, Presidente do Governo Provisório, pedindo o direito de voto para a mulher economicamente independente. Missiva ao Ministro das Finanças, José Relvas, pela admissão de mulheres em empregos do Estado [03/02].
- O Registo Civil torna-se obrigatório [18/02].
- A comissão de propaganda da Obra Maternal é recebida pelo Governador Civil de Lisboa, para discutir o papel da Liga na obra de protecção à infância [23/02].

- Decreto que estipula a nova Lei Eleitoral [14/03, 05/04], alargando o sufrágio.
- Lei da Separação entre o Estado e a Igreja [20/04].
- As professoras oficiais Maria do Carmo Gago Nobre e Ermelinda Soares Correia secretariam, na aldeia de Moncarapacho, o comício de propaganda republicana [22/04].
- João Baptista de Castro, Juiz da 1.<sup>a</sup> Vara Cível de Lisboa, profere sentença favorável a Carolina Beatriz Ângelo, mandando incluí-la nos cadernos eleitorais [28/04].
- A Liga comemora a Lei da Separação. Mariana da Assunção da Silva discursa, em nome das mulheres republicanas, no comício que se lhe seguiu [30/04].
- Fundação da Associação de Propaganda Feminista [12/05].
- Voto de Carolina Beatriz Ângelo nas Eleições Constituintes de 28 de Maio.
- Reúne a Assembleia Nacional Constituinte; pelo Decreto D.G. n.º 157, estabelecem-se as cores e o desenho da Bandeira Nacional e adopta-se A Portuguesa como Hino Nacional [19/06].
- Homenagem ao Ministro da Justiça, Afonso Costa, no Coliseu dos Recreios [09/07].
- Activistas da Liga oferecem-se para prestar serviço de enfermagem na fronteira, aquando das incursões monárquicas [10/07].
- Representação da APF à Assembleia Nacional Constituinte [10/07].

- Maria Veleda e Madalena Cândido integram a missão de propaganda do Grupo Pró-Pátria no Norte [12/08]. M.V. discursa em Braga [13/08] e Arcos de Valdevez [15/08].
- É promulgada a Constituição da República Portuguesa [21/08] e Manuel de Arriaga eleito, pelo Parlamento, Presidente da República [24/08].
- I Governo Constitucional, chefiado por João Chagas [04/09].
- Incursão monárquica na região de Bragança, comandada por Paiva Couceiro [05/10].
- Maria Veleda intervém no Congresso do Partido Republicano de Lisboa, que passa a designar-se Partido Democrático [28-30/10].
- Segundo o Censo, 81,2% da população do sexo feminino é analfabeta.

1912

- É entregue a Alexandre Braga, no Parlamento, uma mensagem de agradecimento pela apresentação de um projecto de lei sobre os direitos da mulher [25/01].
- António José de Almeida cria o Partido Evolucionista [24/02] e Brito Camacho o Partido União Republicana.
- Segunda incursão monárquica, chefiada por Paiva Couceiro [06/07].
- Representação da Liga ao Presidente da Câmara dos Deputados, onde reclama o direito de voto para algumas mulheres [06/07]. É lida em sessão da Câmara [08/07].

- Maria Veleda participa em missões de propaganda do Grupo Pró-Pátria no norte [08].
- A Liga dirige-se ao Ministério da Justiça, a convite da Comissão Administrativa dos Bens das Extintas Congregações [21/09].
- Em missão de propaganda do Grupo Pró-Pátria, Maria Veleda realiza conferências na Covilhã e Castelo Branco e discursa no Tortosendo, Fundão e Castelo Branco [09].
- Entrega na Câmara dos Deputados e no Senado de uma representação da Liga, onde reivindica a proibição da venda de tabaco e bebidas alcoólicas a menores [03/12].

### 1913

- É empossado o Governo de Afonso Costa [09/01].
- Representação da Liga dirigida às duas Câmaras, exigindo a revogação da lei que permite o direito de fiança aos sedutores e violadores de menores [11/05].
- Jacinto Nunes apresenta, na Câmara dos Deputados, uma moção onde propõe que se conceda o voto às mulheres e aos analfabetos, ou seja, a todos os cidadãos portugueses maiores de vinte e um anos [02/06].
- Novo Código Eleitoral: retira-se o direito de voto aos eleitores analfabetos [03/07].
- A Liga decide comunicar a Afonso Costa o desagrado pela decisão do Parlamento de negar às mulheres o voto e admite a hipótese de abandonar a política partidária, de forma a trabalhar mais livremente a favor da emancipação feminina [24/07].

## 1914

- A Liga manifesta descontentamento por não se incluírem senhoras na comissão nomeada para combater o tráfico de brancas [07/02].
- Toma posse o governo chefiado por Bernardino Machado, que promove várias amnistias, incluindo aos que conspiraram contra a República [09/02-23/06].
- Fundação do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas [03].
- Festejo do 5.º aniversário da Liga, presidido pelo Chefe do Governo [05/04].
- A Liga reorganiza o grupo de enfermeiras, a fim de prestar serviços em caso de guerra.
- Conferência de Leote do Rego, na sede da Liga [11/10].
- Constituição da Comissão Feminina Pela Pátria.
- Movimentos monárquicos em Mafra e Bragança, nomeadamente contra a participação do país na I Guerra [20/10].
- Adesão das mulheres à manifestação de apoio a Leote do Rego, pela campanha por si iniciada a favor da intervenção de Portugal na Guerra [22/11].
- O Congresso da República aprova, por unanimidade, a participação de Portugal na Guerra ao lado da Inglaterra [23/11].

## 1915

- Por iniciativa de Manuel de Arriaga, toma posse o governo chefiado pelo general Pimenta de Castro [25/01]. É considerado como um golpe nas instituições democráticas republicanas.



- Os deputados do Partido Democrático são proibidos de entrar no Parlamento [04/03]. O Governo envereda pela via ditatorial.
- Condena-se, em reunião da Liga, a Ditadura de Pimenta de Castro [05/03] e apoia-se a Revolução de 14 de Maio, com centenas de mortos e feridos. É derubado aquele ministério e proclama-se novamente a República na CML [15/05].
- A LRMP cumprimenta o Ministro da Instrução e outros membros do governo [24/05] e Teófilo Braga é proclamado Presidente da República, substituindo o demissionário Manuel de Arriaga [29/05].
- Nova Lei Eleitoral [01/07], sem inclusão do sufrágio feminino.
- Eleição de Bernardino Machado como Presidente da República [06/08].
- O Grémio Carolina Ângelo e a APF entregam, no Senado e na Câmara dos Deputados, uma representação conjunta contendo as principais reivindicações femininas [10/08].
- Fundação da Associação Feminina de Propaganda Democrática, que visa apoiar a acção política de Afonso Costa [02/10]. Maria Veleda esclarece que encontra-se desligada da Liga e filiou-se no Partido Republicano Português [02/11].
- Adelaide Cabete integra a Direcção do Centro Democrático Republicano.

## 1916

- Declaração de guerra da Alemanha a Portugal [09/03]

e constituição do governo da União Sagrada, chefiado por António José de Almeida [15/03].

- Fundação da Cruzada das Mulheres Portuguesas [27/03].

- A AFPD aprova a extinção da organização [16/07].

- O *Diário do Governo* n.º 133, 1.ª Série, publica o Decreto n.º 2.493, onde se regulamenta o papel das Comissões de Hospitalização e Enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas no auxílio a feridos e doentes, em tempo de guerra e de paz; e estabelece que esse pessoal fica sujeito às leis e regulamentos militares [03/07].

- Constitui-se em Tancos, sob o comando do general Norton de Matos, o Corpo Expedicionário Português [22/07].

## 1917

- Parte para França o primeiro contingente do CEP, sob o comando de Gomes da Costa [30/01].

- Fim do ministério da União Sagrada e terceiro governo presidido por Afonso Costa, devido à saída dos evolucionistas [25/04].

- Representações da Liga [24/08] e do Conselho [22/09], solicitando a comutação da pena de Maria Fermiana, condenada, em 1913, a 20 anos de degredo.

- Bernardino Machado visita as tropas portuguesas em França [11/10].

- Sidónio Pais instaura uma ditadura militar [05/12], prende e persegue republicanos ilustres, dissolve o Congresso [09/12] e destitui o Presidente da República [12/12].

## 1918

- Sidónio Pais decreta o sufrágio universal [11/03].
- Batalha de La Lys, com pesadas baixas das tropas portuguesas [09/04].
- Sidónio Pais é eleito Presidente da República em eleições directas [28/04].
- Representação a Sidónio Pais, pedindo o direito de voto para as mulheres [19/06].
- O Mundo noticia que, das sócias fundadoras da Liga, nenhuma pertence já à agremiação, que «caiu nos braços do sidonismo» [04/08].
- Armistício [11/11].
- Sidónio Pais é assassinado na estação do Rossio [14/12] e João de Canto e Castro é eleito Presidente da República pelo Parlamento [16/12].

## 1919

- Eclosões e pronunciamentos monárquicas em diversos pontos do país, nomeadamente no Porto. A Liga protesta contra as Juntas Militares [01].
- Criação da Comissão Feminina Republicana.
- António José de Almeida é eleito pelo Parlamento Presidente da República [06/08] e é empossado a 5 de Outubro.
- A União Operária Nacional transforma-se na Confederação Geral dos Trabalhadores [13/09].

## 1920

- Ramada Curto apresenta, na Câmara dos Deputados, uma moção que contempla o sufrágio feminino, que não chega a ser votada [13/01].

- O deputado António Francisco Pereira apresenta, na Câmara dos Deputados, um projecto de lei concedendo a todas as mulheres maiores de 21 anos, que soubessem ler e escrever, o direito de serem eleitoras e elegíveis. O documento é assinado pela minoria socialista e Ministro do Trabalho Ramada Curto [27/01].

### 1921

- Fundação do Partido Comunista Português [06/03].  
- António Granjo, presidente do ministério, Carlos da Maia e Machado Santos são assassinados [19/10].

### 1922

- Adelaide Cabete integra a Direcção do Centro Republicano Democrático [18/01].  
- Afonso Costa, a viver em Paris, recusa chefiar um "governo de salvação nacional" [04/02].

### 1923

- Adelaide Cabete representa Portugal no Congresso Internacional Feminista de Roma, por nomeação do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Domingos Pereira [05].  
- Abranches Ferrão, Ministro da Justiça e dos Cultos, apresenta, na Câmara dos Deputados, um projecto-lei sobre a situação jurídica da mulher no casamento [25/07].  
- Manuel Teixeira Gomes inicia o seu mandato como Presidente da República [05/10].

### 1924

- O Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes, Bernardino Machado, Magalhães Lima e Abranches

Ferrão assistem ao Congresso Feminista e de Educação [04-08/05].

### 1925

- Portaria do Ministro do Trabalho a reconhecer Adelaide Cabete como representante do Governo ao Congresso Internacional Feminista de Washington [23/03].
- Madalena Cândido secretaria uma sessão do Congresso do Partido Republicano Radical e propõe que este inscreva no seu programa o sufrágio feminino.
- Bernardino Machado é eleito Presidente da República pelo Parlamento [11/12].

### 1926

- Início do período da Ditadura Militar a partir do movimento liderado pelo general Gomes da Costa [28/05]. O Presidente Bernardino Machado demite-se e o primeiro Governo da Ditadura, presidido por Mendes Cabeçada, entra em funções, enquanto o Parlamento é dissolvido [30/05]. É estabelecida a censura à imprensa.

### 1927

- Inicia-se no Porto, e depois em Lisboa, uma revolta militar e republicana civil contra a Ditadura Militar, que se prolonga entre 3 e 10 de Fevereiro. Derrotada, muitos dos vencidos são presos, deportados ou demitidos do funcionalismo público.

### 1928

- O Governo da Ditadura Militar acaba com o regime de coeducação nas localidades onde exista mais de um estabelecimento de ensino não superior [15/02].

- Óscar Carmona é escolhido para Presidente da República do novo regime [25/03] e António de Oliveira Salazar aceita ser ministro das Finanças [27/04].
- O Rebate lança o apelo às mulheres para a organização de uma grande subscrição nacional a favor das famílias dos presos, deportados e emigrados políticos [05].
- O CNMP organiza o Segundo Congresso Feminista e de Educação [24-28/06].
- Novo movimento militar republicano contra a Ditadura [20-27/07].
- Realiza-se o funeral do jornalista e republicano Sebastião Magalhães Lima [09/12].

## Mulheres e Republicanismo

### 1. Mobilização, organizações e militância

Quando se comemora o centésimo aniversário da fundação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1908), e se avizinham o I Centenário da Implantação da República (1910) e o do voto histórico de Carolina Beatriz Ângelo nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (1911), parece consensual que houve envolvimento histórico das mulheres no triunfo e defesa do regime republicano, mediante intervenção, individual e colectiva, a partir de 1908. Se a génese da discussão, associativismo e luta das mulheres em torno dos seus direitos data da transição do século XIX — não se podem ignorar escritos de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Louise Ey, Alice Pestana, Maria Clara Correia Alves, Maria Veleza, Ana de Castro Osório, Beatriz Pinheiro, Albertina Paraíso ou Virgínia Quaresma, bem como as agremiações pacifistas e feministas despontadas em 1906 e 1907 —, foi naquele ano que se assistiu à tentativa de republicanização das mulheres e que estas adquiriram dimensão política e capacidade reivindicativa, em detrimento da componente essencialmente feminista que até então tinha predominado nos textos e organizações.

Entre 1908, ano do Regicídio e da fundação da Liga, e 1928, data da realização do Segundo Congresso Feminista e de Educação, verificou-se enorme incremento da

vida cívica e política, tanto a nível associativo, como na visibilidade pública e enquanto força de pressão sobre os poderes constituídos, coincidindo, em simultâneo, com a mudança de regime e o reforço das lutas pela alteração da condição das mulheres, que recusavam continuar a ser minorizadas e tuteladas por uma sociedade que lhes atribuía um papel meramente passivo. Durante 20 intensos anos, assistiu-se à adesão ao ideal republicano; ao combate à Monarquia; à defesa da República triunfante e do Governo Provisório (1910-1911); à criação de organizações partidárias, feministas e femininas; à formulação de reivindicações; à recusa da neutralidade (1914) e apoio à intervenção de Portugal na I Guerra (1916-1918); à censura e combate das incursões monárquicas (1911, 1912), da Ditadura de Pimenta de Castro (1915) e do Sidonismo (1918); a movimentos solidários para com republicanos (1910, 1915, 1919), incluindo o de 1928, já sob a Ditadura Militar, dirigido aos seus presos e deportados políticos; à realização de dois Congressos Feministas e de Educação (1924, 1928). Em momentos únicos ou banais, as mulheres estiveram lá. Pensaram, debateram, organizaram-se, actuaram. Escreveram, opinaram, polemizaram. Discursaram. Aderiram a causas. Politizaram-se. Alugaram sedes, calendarizaram reuniões. Reivindicaram, peticionaram. Expuseram-se, lutaram, correram riscos, sofreram incompreensões, injúrias e agressões. Marcaram presença em sessões, reuniões, festas, saraus, comícios, congressos, homenagens, celebrações, cortejos, manifestações, funerais, romagens. Foram para a rua.



Associaram-se, desassociaram-se, reagruparam-se, conforme desavenças pessoais, divergências de opinião, de estratégia, de liderança e de rumo ou consoante se assumiram mais como feministas do que republicanas, e vice-versa, sendo muitas vezes ambas as coisas, o que originou também fracturas entre as duas causas, com prejuízo para o reforço das respectivas lutas e consequências políticas para a República. A partir de 1911, sucederam-se as cisões dentro da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1908-1919) e as quatro líderes republicanas e feministas das primeiras duas décadas do século XX, com um percurso comum desde 1907, quando foram iniciadas na Maçonaria e criaram o Grupo Português de Estudos Feminista, fomentaram as suas próprias organizações, tornando-as mais frágeis, com menos sócias e menor capacidade reivindicativa: Ana de Castro Osório e Beatriz Ângelo fundaram, em Maio de 1911, a Associação de Propaganda Feminista (1911-1918), tendo por objectivos a independência política, a defesa dos direitos das mulheres e a reivindicação do sufrágio feminino restrito; Adelaide Cabete, proporcionou, em Março de 1914, a criação do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947), que se propunha federar as agremiações feministas e trabalhar pelo melhoramento civil, económico e moral da mulher em particular e da humanidade em geral; e Maria Veleda, descontente com o facto da Liga se assumir como apartidária, lançou, no último trimestre de 1915, a Associação Feminina de Propaganda Democrática, com o propósito de apoiar a acção política de Afonso Costa.

Essas dirigentes, em conjunto com outras sócias, envolveram-se ainda na criação de várias instituições: a Obra Maternal (1909), para combater a mendicidade infantil e recolher crianças abandonadas, dirigida por Ana Augusta de Castilho, Ana Maria Gonçalves Dias, Filipa de Oliveira, Maria Veleda e Mariana da Assunção da Silva; a Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino (1912), para subsidiar o estudo das alunas carenciadas, orientada por Dilára da Visitação Moura, Emília Sousa Costa, Guilhermina Battaglia Ramos, Ilda Craveiro Simões Ribeiro, Leopoldina Penela e Maria do Carmo Lopes; os Recreatórios Post-Escolares (1912), para completar a formação das raparigas que não podiam continuar os estudos e prepará-las para uma profissão e um emprego, conduzidos por Adelaide Ferreira de Carvalho, Adelaide Perestrelo, Aurélia de Miranda, Otilia Simões, Persina Vasconcelos; as Ligas de Bondade (1917), para afastar as crianças da delinquência através da criação, nas escolas primárias, de pequenas colectividades infantis entre os 5 e os 12 anos, patrocinadas por Ana de Castro Osório, Aurora Teixeira de Castro, Ermelinda Rodrigues da Silveira, Júlia Antunes Franco e José Fontana da Silveira; e novas Ligas de Bondade (1923), para elevar o ideal moral da criança numa acção diária e desenvolver-lhe toda a sua iniciativa para o Bem, da autoria de Angélica Porto, Arnaldo Brazão, Berta Garção, Dinah Santos Lima, Maria O'Neill, Regina Santos, Sara Schultz Correia. Durante a Guerra, ergueram a Comissão Feminina Pela Pátria, datada de 1914, e a Cruzada das Mulheres Portuguesas, em Março de 1916.

Em todas houve forte componente republicana, feminista e maçónica, abarcando diversos republicanismos e feminismos, e, enquanto organizações que pugnavam pela emancipação das mulheres, partilharam a luta contra a segregação motivada por determinismos de sexo ou género e reivindicaram a igualdade de direitos. O voto, o direito à instrução, ao trabalho e à administração dos bens, o combate à prostituição e à mendicidade infantil constituíram temas comuns dos discursos. Mas, se matriz e conteúdo eram semelhantes, o que estava de acordo com o núcleo restrito de ideólogas, as prioridades variavam, bem como as chefias, e houve discórdias, rompimentos, acusações mútuas incisivas e violentas no palavreado, declarações partidárias, de apartidarismo e de apoliticismo. Só a dedicação à República das filiadas não saiu questionada, apesar das dúvidas e desilusões, mais acentuadas quando esteve em discussão o sufrágio ou contendas entre republicanos, e esta coerência pode ser aferida pela postura adoptada pela maioria durante a Ditadura Militar e o Estado Novo, não enfileirando entre os seus declarados apoiantes. Apenas Ana de Castro Osório teve um percurso ambíguo na década de 20.

Este período contou com centenas de activistas e mais de dois milhares de inscritas, dispersas pelas variadas agremiações – algumas militaram em mais do que uma, em simultâneo ou não –, envolvendo escritoras (Alice Moderno, Ana de Castro Osório, Maria O'Neill, Sara Beirão); médicas (Adelaide Cabete, Carolina Beatriz Ângelo, Célia de Almeida Leite, Maria do Carmo Lopes,

Sofia Quintino); professoras (Berta Vilar Coelho, Judite Pontes Rodrigues, Maria Clara Correia Alves, Maria Evelina de Sousa, Mariana da Assunção da Silva, Maria Veleda); advogadas (Aurora Teixeira de Castro, Cármen Marques, Elina Guimarães, Laura Corte Real, Regina Quintanilha); farmacêuticas (Eulália de Sousa Amado, Filomena Honorina da Costa, Laura de Almeida Leite, Rosa Pestana, Virgínia Perolina da Costa); jornalistas (Albertina Paraíso, Mariana Coelho, Virgínia Quaresma); costureiras, engomadeiras, espartilheiras e modistas (Augusta Ferreira Manso, Cristina Torres dos Santos, Francisca Margarida de Almeida, Lucinda Crisóstomo Pires Monteiro, Lucinda Gonçalves, Luísa Gouveia Pinto, Maria Amália Dias, Palmira Santos); empregadas do comércio (Eulália Lino da Silva, Maria Benedita de Oliveira e Sá); e domésticas (Adelina Marreiros, Angélica Porto, Antónia Bermudes, Antónia de Jesus da Silva, Avelina Correia Pereira, Bárbara Rosa de Carvalho Pereira, Berta Santos Garção, Caetana Eduarda de Almeida, Filipa Vilhena de Oliveira, Maria Emília de Carvalho Gonçalves, Sara Schultz Correia). Significativamente, só uma seria operária — Maria Adelaide Costa, activista da Liga Republicana —, e não se pode olvidar Angelina Vidal, professora, escritora, jornalista e publicista ligada aos meios socialistas e operários e que muito trabalhou pela República. Nunca apreciou as feministas, desmarcando-se das suas iniciativas, e morreu na miséria, em 1917.

## 2. Pela República: da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas à Revolução

A intensificação da propaganda republicana nos dois últimos anos da Monarquia contou com a adesão feminina, visível nos convites a mulheres para conduzirem reuniões, discursarem em sessões nos Centros Republicanos ou secretariarem comícios, como sucedeu nos meses que antecederam as eleições municipais de 1 de Novembro de 1908, rompendo-se com uma tradição secular em que o palco político lhes estava vedado. Esta progressiva conquista do espaço público, foi acompanhada da iniciação em lojas maçónicas; da visibilidade das professoras dos grémios republicanos, onde conviviam com os seus patronos; da ligação à Associação do Registo Civil e Federação Nacional do Livre Pensamento, com a formulação da Tese “Feminismo” no I Congresso Nacional do Livre Pensamento, em Abril de 1908; da abertura da imprensa a cronistas; do plebiscito, entre Julho e Setembro, às mulheres republicanas; e culminou no patrocínio da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas por dirigentes do P.R.P., em Agosto.

O plebiscito promovido pela secção “A Tribuna Feminina”, do jornal *A República*, permitiu auscultar a opinião feminina, ao «*apurar qual dos republicanos – deputados ou não deputados, chefes ou não chefes, tem maior número de votos de confiança e simpatia entre nós*»<sup>1</sup>, devendo as respostas/votos, «*indicando o nome do político preferido pelas suas qualidades de carácter,*

*dotes oratórios e orientação filosófica»<sup>2</sup>, ser enviadas para Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório, Maria Clara Correia Alves ou Maria Veleda. Para surpresa das promotoras, a iniciativa redundou num êxito, recebendo-se cartas de todo o país: votaram 834 mulheres e a escolha recaiu sobre António José de Almeida (252 votos), seguido de Afonso Costa (192 votos) e Fernão Botto Machado (124 votos), o que deixou desgostosa Maria Veleda, que «*outro nome desejaríamos ver triunfante, porque António José d'Almeida não se interessou ainda bastante pelo ideal feminista, a ponto de granjear por esse motivo o aplauso da mulher portuguesa, havendo outros que têm trabalhado com verdadeiro entusiasmo em prol da nossa libertação*»<sup>3</sup>, como Botto Machado. O número de votantes prenunciava o grau de consciencialização política das mulheres letradas e não pode ser dissociado da adesão que a Liga registou ao constituir-se.*

A exposição cívica, educativa e política de Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório, Beatriz Pinheiro, Carolina Beatriz Ângelo, Lucinda Tavares, Maria Clara Correia Alves, Maria Veleda e Virgínia Quesada, potenciou a criação de uma associação que organizasse e mobilizasse o voluntarismo feminino: António José de Almeida lançou, em conferência no Centro Republicano das Mercês, a ideia duma Liga Democrática das Mulheres Portuguesas<sup>4</sup> e, em 25 de Agosto de 1908, surgiu o convite para a reunião de «*todas as senhoras que desejarem fazer parte da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas [...] a fim de se proceder aos trabalhos de instalação da mesma*»<sup>5</sup>,

assinado por aquele deputado republicano, Bernardino Machado, membro do Directório, e Magalhães Lima, jornalista. Três dias depois, na presença de numerosas senhoras que enchiam a sala, concretizou-se a formação duma colectividade «*exclusivamente feminina e de carácter retintamente republicano*»<sup>6</sup>. A radicalização da luta política na sequência do regicídio, em 1 de Fevereiro, acelerou o seu aproveitamento pelos republicanos, de forma a concentrar forças no combate à Monarquia, ainda que o empenhamento político das mulheres na causa republicana tenha também resultado da crença que a mudança de regime seria mais favorável às suas pretensões emancipadoras.

Até à revolução de 5 de Outubro de 1910, a Liga militou activamente no Partido Republicano, para cujas reuniões e congressos era convidada, e funcionou como propagandista junto do público feminino através da palavra escrita, da oratória e da presença assídua em eventos, entendendo-se a República como redentora dos males sociais que assolavam o país e capaz de alterar as circunstâncias degradantes em que viviam mulheres e crianças. Como muitas vezes rememorou Ana de Castro Osório, «*a República [...] não sendo uma forma de governo nova nem perfeita – porque não há nada que em absoluto o seja – é no entanto mais lógica, mais compreensível à nossa inteligência e mais tolerável à nossa razão, dando-nos também mais garantias de progresso*»<sup>7</sup>, importando defender «*a república portuguesa, porque só ela nos pode fazer o que a monarquia nem sequer se atreve a*

*admitir em pensamento»<sup>8</sup>, como a lei do divórcio e a revisão do Código Civil. E muitas foram as sócias que consideraram prioritário trabalhar por aquela para verem satisfeitas as suas pretensões: Teresa Deslandes escreveu que era preciso que a mulher «*pense e veja que a sua obra de emancipação, a sua justa como reivindicadora independência só da República lhe pode advir [...]. Só a República [...] pode para a mulher constituir a mais segura promessa, a mais sagrada garantia do reconhecimento e afirmação dos seus invioláveis direitos. É por isso que a mulher não pode ficar indiferente à solução do problema político em que o país no presente momento se debate»<sup>9</sup>; e foi em nome da convicção que seria ela a dar «*à mulher as garantias de igualdade e dignidade que as leis actuais lhe não garante»<sup>10</sup>, que Ana Maria Gonçalves Dias defendeu, no Congresso Republicano do Porto, em 1910, que «*todas as mulheres feministas devem ser em Portugal republicanas, visto que só da República podem aguardar leis igualitárias e justas»<sup>11</sup>. Além disso, como recorrentemente esclareceu Ana de Castro Osório, muitas activistas viam apenas na República «*o sistema político que mais agrada aos seus maridos e parentes masculinos, e onde elas poderão ser mais felizes. Estejam eles contentes, e elas ficarão satisfeitas no seu papel tradicional de dedicadas e modestas companheiras. Eu [...] quero a república como libertação e felicidade para as mulheres, visto que a humanidade é composta dum só grupo de animais, indiferentemente masculinos ou femininos»<sup>12</sup>, opinião corroborada por Maria Veleda quando, nas*****



*Memórias*, lembrou que «as mulheres daquele tempo aceitavam, desejavam, empenhavam-se pela vitória da República, mais por amor aos homens da sua família do que propriamente por causa das suas conveniências»<sup>13</sup>.

O comprometimento político e, sobretudo, partidário, retirou autonomia à Liga e colocou-a, em demasia, na órbita do Partido Republicano. Esta tutela, por vezes asfixiante, do republicanismo, encontra-se implícita no discurso de Ana de Castro Osório na sessão do primeiro aniversário, quando confirmou que «a obra da Liga tem sido orientar a mulher, levá-la para o seu resgate, trabalhar pela educação e protecção da criança. E assim temos cumprido, afigura-se-nos, a missão que os homens republicanos esperavam e esperam de nós»<sup>14</sup>. António José de Almeida, na reunião de Agosto de 1908, bem esclarecera sobre o que se pretendia com a agremiação: «Não se trata de ir ao parlamento reclamar o voto para as mulheres. Queremos apenas vir até junto delas, para que nos auxiliem e ponham em prática, para salvação da pátria, que é de nós todos, a sua inteligência, o seu olfacto, o seu poder sugestivo»<sup>15</sup>. E mais: «Não se trata de trazer as mulheres para a rua ou para os clubes, envolvendo-as numa febre de agitação a que a mulher portuguesa é tão esquiva e refractária. Precisa-se apenas que cada uma delas exerça na sua esfera de acção, na sua família, nas suas relações, o influxo do seu espírito e o exercício da propaganda»<sup>16</sup>. A Liga, com centenas de filiadas republicanas, soube não se confinar a esta visão redutora da intervenção feminina, que procurava circunscrevê-la à

esfera privada da família, enquanto mãe, esposa, filha e irmã, e procurou pugnar pela igualdade entre homens e mulheres, em casa e na rua, não estabelecendo diferenças de cidadania entre ambos.

A adesão ao derrube violento da Monarquia fez parte do discurso de republicanas como Maria Veleda – a primeira mulher a ser condenada por abuso de liberdade de imprensa –, sendo aclamada com enorme entusiasmo a revolução de Outubro de 1910, em que as bandeiras verdes e vermelhas desfraldadas foram cosidas por Adelaide Cabete e Carolina Beatriz Ângelo. Apesar disso, não tomaram conhecimento dos preparativos, nem da data da sua eclosão, e apenas no próprio dia se aperceberam das manobras conspirativas e a elas aderiram. Maria Veleda e Georgina Figueiredo ainda tentaram oferecer os seus préstimos, mas tal não foi possível, tendo-se evidenciado Olívia Saldanha, à época vigilante da Obra Maternal, que prestou serviços de enfermagem na Rotunda. Quanto a Ana de Castro Osório, ausente na Beira, apesar de se afirmar mais feminista do que republicana, escreveu que *«nós não fizemos muito pela República, materialmente falando, mas fizemos bastante moralmente, só pelo simples facto de nos mantermos agremiadas a despeito de tudo. A República é, pois, também um pouco obra nossa, a nossa filha – não o esqueçamos! Por isso o seu triunfo é o nosso triunfo, a sua alegria a nossa glória também!»*<sup>17</sup>, concluindo: *«Saudemos a Revolução que nos trouxe a República pela qual trabalhámos, e para a qual continuamos a trabalhar sem desânimos nem desfalecimentos»*<sup>18</sup>.

Ao imenso regozijo pela revolução, cedo advieram os dissabores motivados por querelas políticas entre republicanos e pela incapacidade de corresponderem às aspirações reivindicativas das mulheres. Ana de Castro Osório bem tinha amiudadas vezes invocado os acontecimentos posteriores à Revolução Francesa, na qual as mulheres tomaram parte activa para, depois, serem marginalizadas e não obterem quaisquer direitos, como prova de como a história as podia utilizar para, de seguida, as remeter ao silêncio, alertando para a possibilidade da República Portuguesa poder vir a fazer o mesmo. E se houve homens que continuaram a emparceirar com as correligionárias no combate político e a merecer a sua estima, muitos outros houve que não se coibiram de ridicularizá-las, pondo termo à caminhada conjunta.



### 3. Cidadania, republicanismo e reivindicações feministas

Instituída a República, as mulheres sentiram-se cidadãs e desfrutaram da oportunidade momentânea de fazerem parte dos vencedores. Enquanto republicanas, mas também como feministas, estiveram na rua a lutar por ambas as causas, que procuraram conciliar, e nos primeiros meses, durante a vigência do Governo Provisório, o ritmo diário tornou-se frenético, desmultiplicando-se em incontáveis acções. Independentemente das associações a que pertenciam, frequentaram eventos, muitos deles nocturnos; incorporaram-se em funerais (Miguel Bombarda, Cândido dos Reis, Henrique Cardoso, França Borges); formaram bandos precatórios (1910, 1915, 1919); aderiram a homenagens a republicanos (Magalhães Lima, Teófilo Braga), ministros (Afonso Costa, António Macieira) e Presidentes da República (Manuel de Arriaga, Bernardino Machado); apoiaram a constituição de governos presididos por Afonso Costa, Augusto de Vasconcelos, João Chagas e Bernardino Machado; indignaram-se com os atentados a Henrique Cardoso, João Chagas e Afonso Costa, todos em 1915; festejaram a promulgação das Leis do Divórcio, do Registo Civil e da Separação do Estado da Igreja; integraram romagens em honra de Buiça e Costa, Cândido dos Reis e Miguel Bombarda, Heliodoro Salgado, Trindade Coelho, Elias Garcia e Sara de Matos; figuraram nos cortejos cívicos a Camões e comemorativos da implantação da República; enfileiraram nas manifestações anticlericais;

cooperaram com os organismos maçónicos e paramaçónicos, discursando. A par deste republicanismo, mantiveram o seu calendário de reuniões; promoveram sessões com oradores (Borges Grainha, Eurico de Campos, Ladislau Piçarra, Carneiro de Moura, Agostinho Fortes, Amílcar de Sousa, Leote do Rego, Visconde da Ribeira Brava, Teófilo Braga, João Camoesas); convidaram correligionários e governantes – deputados, senadores, ministros, chefes do governo e Presidentes da República – para as suas iniciativas; protestaram com a Junta do Crédito Público, por só admitir senhoras com menos de 25 anos de idade e preferir órfãs de empregados civis; realizaram um comício feminista em Vila Franca (1911); organizaram Congressos (1924 e 1928); e ousaram recorrer aos tribunais, aquando do recenseamento eleitoral de 1911. Apenas o CNMP não enveredou por este tipo de militância com os republicanos, apesar de Adelaide Cabete confidenciar, aquando da vitória do Partido Democrático nas eleições de Novembro de 1913, que fez parte do P.R.P. até 5 de Outubro de 1910 e aí permaneceu após a revolução, promovendo sessões exclusivamente de carácter feminista.

A cidadania destas mulheres alcançou mais longe, sendo recebidas pelos governantes, a quem endossaram as suas reivindicações. Mantiveram audiências com Teófilo Braga, Presidente do Governo Provisório, e ministros, com destaque para Afonso Costa, com quem discutiram a revisão do Código Civil (investigação da paternidade ilegítima e direito de a mulher dispor livremente dos bens

próprios, sem necessitar da autorização do marido); a admissão no funcionalismo público; a instrução; a criação da enfermagem laica; a mendicidade infantil; e o sufrágio feminino, com posições contraditórias de algumas actvistas. A formulação de representações constituiu uma marca do associativismo feminino republicano, entregando, até 1918, 14 aos seus interlocutores: Governo Provisório (27/10/1910, 03/02/1911), Ministro do Interior António José de Almeida (27/10/1910, 05/05/1911, 31/07/1911), Ministro da Justiça Afonso Costa (7-10/03/1911), Assembleia Nacional Constituinte (10/07/1911), Presidente da Câmara dos Deputados (03/07/1912), Câmara dos Deputados e Senado (03/12/1912, 11/05/1913), Governo e Parlamento (10/08/1915), Ministro da Justiça (24/08/1917) e Presidentes Bernardino Machado (24/08/1917, 22/09/1917) e Sidónio Pais (19/06/1918), sendo subscritores a Liga, a Obra Maternal, a APF, o Grémio Beatriz Ângelo e o CNMP.

Das sucessivas reivindicações constaram: revisão do Código Civil, na parte que respeitava à mulher, Lei do Divórcio, voto feminino restrito, direito de eleger e ser elegível para os cargos municipais, desempenho de funções na Assistência Pública, abolição das leis que proibiam à mulher determinadas carreiras, legal concorrência com os homens no acesso aos lugares superiores, fim da legalização da prostituição (27/10/1910, LRMP); cedência de um dos edifícios das congregações para instalar a Obra Maternal, subsídio anual do Governo, produto das multas policiais (27/10/1910, LRMP e Obra Maternal); direito de voto para a mulher economicamente independente, direito de

serem votadas e nomeadas para todas as comissões pedagógicas, de higiene e assistência e para as juntas paroquiais e municipais, abolição do limite de idade para admissão nas Escolas Normais e na Junta do Crédito Público, extensão a todas as trabalhadoras, e não apenas às professoras, do direito a dois meses de descanso, com vencimento, no último período de gravidez e no primeiro depois do parto (03/02/1911, LRMP); passagem do Convento de Soledade, em Setúbal, para a posse do Estado e sua transformação em Escola primária do sexo feminino (07-10/03/1911, LRMP de Setúbal); revisão da reforma da instrução primária, contemplando os professores do ensino livre/particular (05/05/1911, LRMP); sufrágio feminino restrito, direito de elegibilidade nas juntas paroquiais e câmaras municipais (10/07/1911, APF); revisão da exclusão de professoras nos exames primários do 2.º grau (31/07/1911, LRMP); alargamento dos critérios aprovados no Senado quanto ao voto feminino, de forma a não abranger somente as mulheres habilitadas com um curso superior, secundário ou especial (03/07/1912, LRMP); lei proibitiva da venda de tabaco e bebidas alcoólicas a menores (03/12/1912, LRMP); anulação do direito de fiança aos sedutores e violadores de menores (11/05/1913, LRMP); inquérito sobre a instrução feminina, criação da inspecção superior feminina, Liceus mistos, elegibilidade das mulheres de valor excepcional, voto às mulheres diplomadas em cursos superiores (10/08/1915, APF e Grémio Beatriz Ângelo); perdão para Maria Fermiana, condenada “injustamente” a 20 anos de



degredo em Angola (24/08/1917, LRMP); clemência a favor daquela, incluindo-a no número de indultos a conceder em 5 de Outubro (22/09/1917, CNMP); sufrágio feminino restrito e que nenhuma mulher dependesse da autorização de marido, pai ou qualquer outra pessoa de família, para o uso deste direito cívico (19/06/1918, LRMP).

Esta continuada pressão resultou do sentimento de se estar a viver um momento ímpar de “renovação pátria” e acreditar-se que iam ver reconhecidos os direitos negados pela Monarquia, não se enveredando por propostas inoportunas ou embaraçosas que pusessem em causa a República: elas são o melhor reflexo do feminismo moderado que predominou no país. Da autoria de um número restrito de militantes — Adelaide da Cunha Barradas, Ana de Castro Osório, Angélica Porto, Carolina Beatriz Ângelo, Constança Dias, Elzira Dantas Machado, Filipa de Oliveira, Joana de Almeida Nogueira, Maria Clara Correia Alves, Maria Laura Monteiro Torres, Maria Irene Zuzarte, Mariana de Assunção da Silva, Rita Dantas Machado, Virgínia da Fonseca —, tendo várias assinado por mais de uma organização, eram sujeitas a discussão pelas associadas e entregues por pequenas delegações. Durante a década de dez, predominou o dinamismo da Liga, enquanto a APF elaborou duas petições e o CNMP raramente optou por essa forma de luta. De todas, a que teve maior impacto foi a de 1910 e a mais desenvolvida data de 1915, assinada por Ana de Castro Osório, pelo Grémio Carolina Ângelo, e Elzira Dantas Machado, pela APF, contemplando 4 itens: Instrução, Assistência, Funcionalismo e Direitos Políticos.

A reivindicação da Lei do Divórcio encabeçou a petição de Outubro, seguida da alteração do Código Civil, em vigor desde 1867, por negar à mulher, sobretudo a casada, quaisquer direitos, tanto na família, como na sociedade. Tornando num símbolo da legitimação da sua inferioridade e subalternidade, a Liga reclamou a alteração dos artigos mais vexatórios: o art. 130.º proibia a investigação da paternidade ilegítima, devendo ser retirada a interdição, tanto mais que o art. 131.º permitia a investigação da maternidade; o art. 137.º regulava que o poder de decisão quanto aos filhos recaía no pai, propondo-se a igualdade de direitos entre pai e mãe quanto à sua educação e, em caso de desacordo, apelar-se-ia para o juiz ou para o conselho de família; o art. 200.º preceituava a preferência dos tutores pela linha paterna, contrapondo-se que a mulher exercesse o lugar de tutora, tanto dos filhos como dos netos, nos mesmos termos do homem; o art. 207.º estipulava que os conselhos de família fossem constituídos por dois membros do lado materno e três do paterno, sugerindo-se que tivessem dois membros de cada família e o quinto seria eleito por acordo dos quatro ou escolhido pelo juiz em caso de divergência; o art. 819.º, que não permitia que a mulher prestasse fiança por outrem, devia ser revogado; o art. 1185.º, que impunha à mulher “prestar obediência ao marido”, devia ser eliminado; o art. 1186.º, que a obrigava a acompanhá-lo dentro do país, devia ser anulado; o mesmo sucedendo ao art. 1187.º, que considerava ser necessária a autorização do marido para exercer qualquer

indústria, comércio ou emprego e proibia a mulher autora de publicar sem o seu consentimento; o art.º 1189, que restringia a administração dos bens do casal e família ao marido, devia ser alterado para que a mulher administresse os bens próprios, dispusesse do dinheiro fruto do seu trabalho e que a separação dos bens de casal fosse a lei comum do país; os artigos 1191.º e 1193.º, impeditivos de a mulher adquirir ou alienar bens móveis e imóveis e contrair dívidas sem autorização do marido, deviam ser excluídos. Quanto àquele que determinava a proibição da mulher ser testemunha instrumentária, defendia-se que ela pudesse sê-lo nos actos da vida civil: testamentos, títulos de dívida, doações, casamentos e baptizados.

A principal afectada pela legislação era a mulher casada, já que, «*quando solteira, viúva ou separada judicialmente de pessoas e bens tinha legalmente a mesma capacidade que um homem*»<sup>19</sup>, conseguindo-se que certos aspectos fossem corrigidos pelas Leis do Casamento e da Protecção dos Filhos, de Dezembro de 1910. Revogaram-se os artigos que estipulavam a obediência da mulher ao marido e que não podia publicar sem a sua autorização e permitiu-se a investigação da paternidade ilegítima, para além de se estabelecer que o contrato de casamento era exclusivamente civil e deixava de ser perpétuo. Quanto à sociedade conjugal, passava a basear-se nos princípios da liberdade e da igualdade. No entanto, como acentua Fernando Catroga, o essencial do Código Civil perdurou durante a I República, não tendo a nova legislação afectado seriamente a supremacia masculina no interior da família.

Com a promulgação da Lei do Divórcio (03/11/1910) e a publicação das Leis da Família (25/12/1910), *«as reivindicações do feminismo republicano incidiram sobre os direitos políticos, ainda que a campanha fosse levada a cabo com algumas divergências e cautelas»*<sup>20</sup>.

Apesar da Tese “Feminista” de 1908 contemplar o direito de voto, *«não se compreendendo porque motivo podem usar desse direito todos os homens, embora ignorantes, e ele seja recusado a mulheres de reconhecida capacidade intelectual e moral»*<sup>21</sup>, o tema do sufrágio feminino só foi introduzido na sequência da mudança de regime e não colheu consenso quanto à oportunidade, por se pensar poder reforçar a causa monárquica em resultado da ignorância e escassa instrução das mulheres. Presente em cinco representações (1910, 1911, 1912, 1915 e 1918), adiou-se continuamente qualquer solução favorável às pretensões femininas, por mais modestas que fossem. O que esteve sempre em causa foi a outorga do direito de voto a uma minoria, tendo por base a sua situação económica e cultural, o que seria *«tanto mais fácil de ser concedido quanto é certo que as mulheres que estão nessa situação especial são bem, infelizmente, raras em Portugal»*<sup>22</sup>. Conscientes da realidade política e cultural do país, sabiam ser irresponsável pedir *«o sufrágio universal, como à luz da razão e da ciência seria justo»*<sup>23</sup>, mas não podiam deixar de solicitar *«o direito de voto para as mulheres que pela sua posição especial devem poder exercê-lo»*<sup>24</sup>, já que *«sendo independentes moral e economicamente não podem, por uma imposição do pre-*

*conceito e da rotina, continuar na República a viver no regime vexante dos tutelados, fora da sociedade como os cretinos»<sup>25</sup>, argumentação retomada na petição da APF à Assembleia Constituinte. Se era irrefutável que «as mulheres têm o direito indiscutível de intervir na vida política do seu país»<sup>26</sup> e tratando-se duma promessa do Partido Republicano anterior a 1910, nunca se entendeu que não fosse cumprida. Em 1918, Mariana A. da Silva, Filipa de Oliveira e Angélica Porto lembraram ao Presidente Sidónio Pais que «a República velha depressa soube repudiar-nos, mantendo-nos numa situação de inferioridade que absolutamente destoa dos mais rudimentares princípios da verdadeira, legítima e progressiva democracia!»<sup>27</sup> e lamentaram que consecutivos governos continuassem a negar «ainda hoje o direito de voto à mulher portuguesa, com o propósito firme, mas incorrecto, de evitar que desassombradamente, mas patrioticamente, manifeste o seu desagrado, por tantos erros ou desvios do facciosismo político!»<sup>28</sup>. O sufrágio feminino constituiu, simultaneamente, motivo de divisão entre as mulheres, já que nem todas concordaram com ele, e, porque nunca obtido, transformou-se em questão fracturante entre elas e a República.*

A situação do professorado feminino mereceu duas representações específicas, datadas de 1911 e, provavelmente, da responsabilidade de Maria Veleda, reclamando-se de António José de Almeida, enquanto Ministro do Interior, maior atenção aos docentes do ensino livre, que incluía muitas sócias da Liga, prejudicados pela nova

reforma da instrução primária; e a inclusão de professoras nos exames primários do 2.º grau. Na petição de Fevereiro de 1911 alertou-se para a urgência de auscultarem as mulheres nas questões pedagógicas e nas reformas do ensino.

Outros dos pontos expostos envolveram a prostituição legalizada e a protecção dos menores. Quanto àquela, que ocupou o último item do documento de 1910, considerou-se inadmissível que a República, "Libertadora, Justiciera e Purificadora da Pátria Portuguesa", «mantenha como lei essa abjecção, que torna o Estado o guarda e o cobrador do dinheiro miserável dessa infamíssima escravatura branca»<sup>29</sup>. Já a situação das crianças desfavorecidas fez com que se reclamasse o desempenho de cargos na Assistência Pública (1910; 1915), de forma a contribuir para a resolução da mendicidade nas ruas, e o apoio à Obra Maternal, criada pela Liga. Em Dezembro de 1912, esta mostrou-se revoltada com «a criminosa inconsciência como se consente que crianças de dez e doze anos se entreguem cinicamente a vícios, de que os próprios homens deveriam procurar libertar-se»<sup>30</sup>, e com o espectáculo de «pobres pequenos, muitos dos quais frequentam ainda as escolas primárias, [...] fumando cigarros abomináveis e beberricando licores perniciosos»<sup>31</sup>. Daí o pedido aos senadores e deputados para que aprovassem uma lei que proibisse a venda de tabaco e álcool a menores e se multassem «taberneiros e estanqueiros que a transgredissem, nomeando-se mulheres para o cargo de zeladoras do seu cumprimento»<sup>32</sup>. Em Maio de 1913, levantou-se o

problema dos abusadores de crianças, «*cujos crimes a imprensa diária regista constantemente, sem que até hoje se procurasse por alguma forma impedir esses atentados à natureza, esses actos revoltantes que colocam o homem ainda abaixo dos irracionais*»<sup>33</sup>, propondo-se a revisão da lei que admitia a fiança para crimes de tal natureza. Em 1917, Liga e CNMP envolveram-se numa campanha pela comutação da pena de Maria Fermiana, condenada a 20 anos de degredo em Angola por ter morto quem a assediava. Entregaram-se duas representações ao Presidente da República e nelas criticou-se o modo como se aplicou a (in)justiça, denunciando os postulados sexistas que estiveram na origem da pena.

As diligências efectuadas e as afinidades políticas entre reclamantes e governantes revelaram-se infrutíferas quanto à conquista de direitos políticos, o que contribuiu para a dissociação dos interesses das mulheres, feministas ou não, dos da República. A expectativa de que esta anuiria às exigências cedo esmoreceu, verificando que os republicanos deixaram de acolher com simpatia e camaradagem as suas lutas, não as contemplando nas decisões governamentais e parlamentares. Se o descontentamento não foi suficiente para a contestar enquanto regime, acarretou, no entanto, desalento perante companheiros de luta que deixaram de ser sensíveis aos seus argumentos e aspirações. Tal também criou condições para o surgimento de grupos apolíticos, de forma a desmarcarem-se do republicanismo partidário. Ana de Castro Osório sempre tinha razão quando afirmava que «*os republicanos hão-de falsear*

*o seu programa como os políticos de todos os tempos. Por enquanto tudo são promessas; você verá como elas estão longe da realidade...»<sup>34</sup>.*



#### 4. A República ameaçada

Mal a República triunfou, sobrevieram as apreensões pelo rumo que estava a seguir, não só por albergar oportunistas, proporcionando-lhes importantes cargos, em detrimento de alguns dos seus melhores defensores que, por vezes, se encontravam em situações precárias<sup>35</sup>, como, numa política de traição, se verificava a infiltração de carreiristas e monárquicos no partido e no Estado, pondo em causa a sua própria sobrevivência<sup>36</sup>. As inquietações saíram reforçadas com a deslocação de Maria Veleda e Madalena Cândido ao norte do país, aquando das incursões monárquicas de 1911, e se constatou a tibieza com que as autoridades administrativas exerciam os seus cargos. Além do mais, a condescendência com os talassas provocava descontentamento entre os velhos republicanos, que se viam desprezados e preteridos pelos adesivos, e propiciava revoltas. As acusações estenderam-se a todos aqueles que procuraram obter favores ou recompensas materiais, invocando o passado de luta, o que indignava Maria Veleda, que finalizou as suas Memórias declarando que «*a República não me concedeu favores, nem a mim nem aos meus – e disto me orgulho*»<sup>37</sup>.

As divisões, querelas e lutas pelo poder entre facções republicanas, a que as mulheres não foram imunes, constituíram outra das preocupações, pondo em causa o legado republicano: «*Formaram-se prematuramente os diferentes partidos, menos para dignificarem ideias do que para seguirem homens. Cada chefe foi olhado como*

*um ídolo – e como sempre que se criam ídolos, desencadeou-se a tempestade dos ódios, das rivalidades e das violências. Todo o passado glorioso e sem mancha do partido republicano desapareceu da memória desses desvairados»<sup>38</sup>. Desta forma, «a república, em vez de progredir, tem-se mantido estacionária, quando não manifesta tendência para recuar»<sup>39</sup>, sendo «tão triste ver os melhores paladinos da ideia republicana – os homens que ainda ontem se estreitavam num grande, comovido e glorioso abraço [...] digladiarem-se, como se jamais vivessem enleados no fulgor do mesmo ideal!»<sup>40</sup>.*

Mesmo assim, as mulheres republicanas não se alhearam da defesa do regime, intervindo quando sofreu sobressaltos ou correu perigos, perceptível num conjunto de acções desenvolvidas entre 1910 e 1928. Ainda que a República se tivesse revelado pouco generosa, «*nem por isso vamos ou iremos nunca engrossar a multidão dos impacientes, dos aleivosos ou dos perversos. Acima de tudo está o Ideal e por ele nos sacrificaremos até à morte*»<sup>41</sup> e, «*haja o que houver, suceda o que suceder, as mulheres republicanas não desampararão o seu posto [...]. Não há descontentamento que nos desviem da nossa missão*»<sup>42</sup>, como sucedeu por ocasião das incursões monárquicas, com a ditadura de Pimenta de Castro, em 1915 e a Guerra. Aquando das primeiras investidas, a Liga patrocinou um grupo de enfermeiras e Maria Veleda e Madalena Cândido integraram a missão de propaganda do Grupo Pró-Pátria, com a finalidade de saudar a actuação dos defensores da República e divulgar os ideais desta; em

1912, a atitude repetiu-se, com digressões de Maria Veleda por Vidago, Chaves, Montalegre, Covilhã, Tortosendo, Fundão e Castelo Branco, onde discursou em comícios, levando a intervenção feminina a zonas dominadas pelo clericalismo e reaccionarismo. Procurou-se, através da imprensa associativa, alertar para os males de que padecia, exigindo soluções mais duras para quem conspirava, em vez de tanta permissividade e generosidade. Neste aspecto, as dirigentes republicanas consideraram um erro o clima de tolerância para com os inimigos do "seu regime", e condenaram as revoltas que ciclicamente rebentavam.

Em 1915, expuseram o perigo que comportava o governo de Pimenta de Castro: Maria Veleda deplorou o facto de se conseguir organizar «*agora, no tempo da "liberdade", um governo militar, quando no tempo da opressão, não houve quem tão violentamente procedesse*»<sup>43</sup>; e Ana de Castro Osório lembrou que a ditadura não só era ilegal e violava a Constituição, «*que foi aceite e jurada por aqueles que hoje a menoscabam tornando-a ridícula como lei fundamental dum regímen, que representa a vontade soberana do povo que a proclamou*»<sup>44</sup>, como abria um perigoso precedente, na medida em que «*se hoje o povo a aceita porque é inofensiva, amanhã será esmagado por outra cheia de força e de ódio contra a Liberdade e contra a Pátria*»<sup>45</sup>! Em nome da fidelidade das mulheres à causa da democracia, apelou-se à luta e saudou-se a Revolução de 14 de Maio, que lhe pôs termo, insistindo na permissividade da República face aos seus inimigos, ao supô-los vencidos, e ao descurar a educação.

Esta segunda revolução gerou a fundação da Associação Feminina de Propaganda Democrática, que gravitava em torno de Afonso Costa. Criada no último trimestre de 1915, resultou de nova cisão da Liga, despoletada pela contradição intrínseca entre republicanismo/feminismo, pois Maria Veleda, então com 44 anos, que há muito se revelava uma arreigada republicana e considerava que a luta das mulheres deveria ser integrada na luta política mais ampla, não podia aceitar o caminho apartidário que se pretendia seguir. Filiou-se, inclusivamente, no Partido Democrático. Apesar de a AFPD procurar enquadrar as mulheres na acção política, porque dela dependia o futuro da pátria, extinguiu-se em 1916, devido ao imperativo nacional de unir os portugueses/as em torno do esforço de guerra.

É dentro do mesmo espírito que se enquadram os esforços da Liga, Comissão Feminina Pela Pátria, Associação de Propaganda Feminista, Associação Feminina de Propaganda Democrática, Cruzada das Mulheres Portuguesas e Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas perante o conflito mundial. Pela primeira vez houve confluência das agremiações femininas conotadas com o republicanismo em torno da mesma luta: a de que Portugal devia intervir na Guerra ao lado dos Aliados. Logo em 1914, já as republicanas, onde sobressaíam Ana de Castro Osório e Maria Veleda, se desdobravam por conferências públicas; reorganizavam as enfermeiras; procediam à recolha de dinheiro, de lã e de agasalhos para os soldados; e escreviam artigos de opinião, contundentes para com os poderes político, militar e religioso, onde criticavam a conduta de parte da

sociedade que se opunha à intervenção e apelavam para que Portugal soubesse honrar o seu passado e recusasse a neutralidade, associando as suas vozes às dos republicanos e militares que também a combatiam publicamente, como Leote do Rego.

Nesse mesmo ano surgiu a Comissão Feminina Pela Pátria, cujo objectivo era fabricar uma bandeira para os soldados mobilizados e, como tal não fosse possível, devido à disciplina militar, dedicou-se à recolha de lã e ao fabrico de agasalhos. Liderada por quatro mulheres – Ana Augusta de Castilho, Ana de Castro Osório, Antónia Bermudes, Maria Benedita Mouzinho de Albuquerque Pinho –, assumiu-se «*sem preocupações partidárias*»<sup>46</sup>, porque as mulheres, naquele momento, só tinham uma política, «*que é o bem da Pátria e o triunfo da Liberdade e da Justiça*»<sup>47</sup>, e correspondeu à primeira tentativa de as convocar para o esforço de guerra. Actuou junto das Câmaras Municipais, do professorado primário feminino e das associações de mulheres, e recebeu reconhecimento internacional de vários organismos e países.

A partir de 1916, a mobilização feminina passou pela Cruzada das Mulheres Portuguesas, com o apoio da APF, tendo Ana de Castro Osório e Elzira Dantas Machado como dirigentes comuns. Fundada em Março, no mês da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, era presidida pela esposa do Presidente da República; teve implantação nacional; reuniu mulheres de ministros e ex-ministros; dispôs, entre 1916 e 1918, de dezenas de subcomissões locais, desde Águeda a Vila Viçosa; e organizou-se em oito

Comissões Centrais – Administrativa, Propaganda e Organização de Trabalho, Assistência às mulheres e mães dos mobilizados, Hospitalar, Enfermagem e criação dos cursos de enfermeiras laicas profissionais, Assistência aos militares mobilizados, Assistência infantil, Angariadora de donativos –, cada uma com a sua presidente e vida autónoma na propaganda e no trabalho. Em pouco tempo, implementou o Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra (Arroios); criou duas creches (em Alcântara e Xabregas) e Casas de Trabalho; fundou a Escola Profissional n.º 1, em Lisboa, no Campo de Santa Clara, inaugurada pelo Presidente da República em 28 de Novembro de 1917; fez propaganda das escolas profissionais e agrícolas femininas; abriu a Escola Agrícola Feminina de Alcobça; promoveu a assistência aos afilhados de guerra, repatriados e famílias; e proporcionou formação profissional a enfermeiras de guerra. Durante o Sidonismo, porque era presidida pela esposa do Presidente deposto, sofreu perseguições e tornou-se num símbolo da oposição feminina às suas orientações políticas.

Embora a Guerra absorvesse as energias das republicanas, elas intervieram no período da “República Nova”, de Sidónio Pais, com a Liga a tomar uma posição ambígua de apoio, ao manifestar esperança de que seria finalmente concedido o almejado direito de voto às mulheres, e as ex-sócias a desmarcarem-se, porque se assumiam mais como republicanas, a denunciar as perseguições a correligionários e a dirigentes da Cruzada. Ao mesmo tempo que a Liga teceu considerações elogiosas a um homem que

reunia “ciência à consciência” e estaria a construir uma obra de pacificação no país<sup>48</sup>, também alertou para a actuação incorrecta dos seus mais íntimos auxiliares e colaboradores, por não seguirem o seu exemplo, e para o caminho que a República Nova poderia estar a percorrer, condenando, por exemplo, a violência cometida sobre os jornais portuenses *O Norte e Montanha*. Quanto às ex-sócias, informaram o jornal *O Mundo* que já há muito que não a integravam. No início de 1919, na sequência dos acontecimentos posteriores ao assassinato de Sidónio Pais e da tentativa de implantação da Monarquia, constituiu-se a Comissão Feminina Republicana, liderada por Antónia Bermudes, Júlia Santos, Maria da Conceição Pereira de Eça e Maria Isabel Correia Manso, com o objectivo de promover subscrições a favor dos soldados e marinheiros defensores da República.

Nos anos 20, dá-se uma viragem na militância política, em que as crispções entre os políticos, a instabilidade governativa, o sidonismo, os assassinatos de António Granja, Carlos da Maia e Machado Santos e os pronunciamentos sucessivos não foram alheias. Maria Veleda afastou-se, desiludida, continuando republicana. Quanto a Ana de Castro Osório, em 1922, nas vésperas da prisão dos dois filhos, envolvidos num movimento nacionalista, o republicano Carlos de Magalhães Ferraz acusou-a de se ter tornado adversária do parlamentarismo, defensora de um regime presidencialista e adepta de um movimento nacional, que estaria a ser preparado pelas novas gerações, embora não estivesse em causa o republicanismo da escritora: «ape-

*sar de pelo visto não sermos já correligionários na Democracia, somo-lo na República»*<sup>49</sup>. Dedicou-se, então, à escrita, distanciando-se do seu passado militante, ainda que continuasse ligada à Cruzada.

Na mesma década, consolidou-se, nacional e internacionalmente, o CNMP, a única agremiação feminina que perdurava, mas sem empenhamento político para além do apoio que recebeu dos governantes aquando da participação em congressos feministas internacionais (1923, 1925) e da realização do Congresso Feminista e de Educação (1924). Adelaide Cabete, que integrou a Direcção do Centro Democrático Republicano (1915, 1922) e chegou a acusar Ana de Castro Osório de ser mais feminista do que republicana, fez do Conselho uma agremiação rigorosamente apartidária, o que teve as suas implicações. Elina Guimarães, em 1976, em texto sobre o 5 de Outubro, elucidou bem o dilema que se colocou ao Conselho quanto à mobilização feminina, republicana ou não: sendo «*essas associações apolíticas (e assim se mantinham com vigor), a grande maioria das aderentes vinha da Liga das Mulheres Republicanas, assim ficando impedidas de uma acção republicana a que, aliás, ninguém as encorajava*»<sup>50</sup>, mas apesar de estas ficarem limitadas na sua acção política, «*as adversárias não acreditavam na isenção partidária do Conselho*»<sup>51</sup> e, como tal, também não aderiam. Apesar disso, na sua militância e orientação estiveram muitas republicanas maçónicas que integravam a Loja Humanidade, do Grande Oriente Lusitano Unido, e a Loja Humanidade do Direito Humano. Aliás, praticamente todas



as mulheres que pertenceram a esta última, que era mista, foram activistas e dirigentes do Conselho.

Em 1928, num acto de resistência sob condições políticas diametralmente opostas às vividas durante a I República, republicanas, com destaque para Adelaide Cabete, Elina Guimarães e Vitória Pais Freire de Andrade, encabeçaram o primeiro movimento nacional de solidariedade para com os presos, deportados e exilados políticos vítimas da Ditadura Militar, iniciativa do jornal *O Rebate*.

Mesmo nos momentos mais difíceis, as mulheres republicanas não abdicaram dos seus ideais. Se o convívio entre elas e o republicanismo não foi pacífico, provocando erosões em ambos os lados, este nunca foi posto em causa e há uma linha de coerência que os une e perdura entre 1908 e 1928, estando muitas vezes subjacentes atitudes e manifestações feministas. Foram duas décadas intensamente vividas por feministas, pacifistas, maçónicas, livre-pensadoras e republicanas, e cujo legado acabou ignorado e desaproveitado pelas gerações vindouras, que não souberam ou puderam incorporá-lo nas lutas subseqüentes que foram surgindo ao longo do século XX.

Que nestes quase Cem Anos de República não nos esqueçamos delas e saibamos homenagear a sua memória.

## NOTAS

- 1 "A tribuna feminina – Um alvitre", *A República*, 08/07/1908, p.1, col.6.
- 2 *Ibidem*, p.2, col.1.
- 3 Maria Veleda, "A tribuna feminina - O plebiscito das mulheres portuguesas", *A República*, 10/10/1908, p.2, col.5.
- 4 Fernão Botto Machado, "Liga Democrática das Mulheres Portuguesas", *Vanguarda*, 02/08/1908, p.1, col.2.
- 5 "Convite", *O Mundo*, 26/08/1908, p.1, col.3.
- 6 Maria Veleda, "Memórias de Maria Veleda – VIII", *República*, 09/03/1950, p.5, col.3.
- 7 Ana de Castro Osório, "Liga Republicana das Mulheres Portuguesas", *A Mulher e a Criança*, n.º 1, Abril de 1909, p.2, col.2 e p.3, col.1.
- 8 *Idem*, *ibidem*.
- 9 Teresa Deslandes, "A mulher e a República", *A Mulher e a Criança*, n.º 4, Julho de 1909, p.1, cols.1-2.
- 10 "Expediente da Liga", *A Mulher e a Criança*, n.º 12, Maio de 1910, p.12, col.2.
- 11 *Ibidem*.
- 12 Ana de Castro Osório, "Carta Aberta" [datada de 02/09/1910], *A Mulher e a Criança*, n.º 16, Setembro de 1910, p.6, col.1.
- 13 Maria Veleda, "Memórias de Maria Veleda – VIII", *República*, 09/03/1950, p.5, col.3.
- 14 "Expediente da Liga", *A Mulher e a Criança*, n.º 11, Abril de 1910, p.11, col.1.
- 15 "Palavras do Dr. António José de Almeida", *A Mulher e a Criança*, n.º 3, Junho de 1909, p.3, col. 2.
- 16 *Ibidem*, p.4.
- 17 Ana de Castro Osório, "Pela República", *A Mulher e a Criança*, n.º 17, Outubro de 1910, p.4, col.1.

- <sup>18</sup> Idem, *ibidem*, p.5, col.1.
- <sup>19</sup> Elina Guimarães, “A mulher portuguesa na legislação civil”, *Análise Social*, vol. XXII (92-93), 1986-3.º-4.º, p.561.
- <sup>20</sup> Fernando Catroga, “A laicização do casamento e o feminismo republicano”, *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1986, vol.1, p.151, nota 47.
- <sup>21</sup> “Congresso Nacional do Livre Pensamento”, *O Mundo*, 22/4/1908, p.3, col.3.
- <sup>22</sup> Representação de 27/10/1910, *O Radical*, 30/10/1910, p.3.
- <sup>23</sup> Representação de 03/02/1911, “Feminismo - Reclamações”, *O Radical*, 12/02/1911, p.2, col.1.
- <sup>24</sup> *Ibidem*.
- <sup>25</sup> *Ibidem*.
- <sup>26</sup> Representação de 03/07/1912 – “Representação entregue ao sr. Presidente da Câmara dos Deputados, em 6 de Julho de 1912, e lida em sessão de 8 do mesmo mês”, *A Madrugada*, n.º 12, 31/07/1912, p.2, col.3.
- <sup>27</sup> “A nossa legítima aspiração! – A Liga Republicana não desanima na cruzada para conseguir o direito de voto – Representação ao Chefe do Estado”, *A Madrugada*, n.º 56, 31/08/1918, p.1.
- <sup>28</sup> *Ibidem*.
- <sup>29</sup> *O Radical*, 30/10/1910, p.3.
- <sup>30</sup> Representação entregue a 03/12/1912 – “Contra o álcool e o tabaco”, *O Mundo*, 03/12/1912, p.5, col.3.
- <sup>31</sup> *Ibidem*.
- <sup>32</sup> *Ibidem*.
- <sup>33</sup> Representação de 11/05/1913 – *Diário...*, n.º 124, 29/05/1913, p. 1972, col.3.
- <sup>34</sup> “O caso do Liceu Maria Pia”, *A Madrugada*, n.º 14, 30/09/1912, p.1, col.1.

- 35 Maria Veleda, "Burocratomania", *A Mulher e a Criança*, n.º 18, Novembro de 1910, pp.4-6.
- 36 "Política de... Traição", *A Madrugada*, n.º 2, 30/09/1911, p.1.
- 37 Maria Veleda, "Memórias de Maria Veleda – XXII", *República*, 11/04/1950, p.8, col.3.
- 38 "Cinco de Outubro", *A Madrugada*, n.º 15, 31/10/1912, p.1, col.2.
- 39 *Ibidem*.
- 40 Serrana, "1913", *A Madrugada*, n.º 18, 31/01/1913, p.4, col.1.
- 41 Maria Veleda, "1910 a 1913", *A Madrugada*, n.º 26, 30/09/1913, p.1, col.2.
- 42 Idem, *ibidem*, p.1, cols.2-3.
- 43 Maria Veleda, "Para Onde Vamos!?", *A Madrugada*, n.º 38, 31/01/1915, p.1, cols.2-3.
- 44 Ana de Castro Osório, "Liga Republicana das Mulheres Portuguesas", *A Madrugada*, n.º 39, Março de 1915, p.2, col.1.
- 45 Idem, *ibidem*, p.2, col.2.
- 46 "A Questão Actual - As mulheres e a guerra", *A Semeadora*, n.º 1, 15/07/1915, p.2, col.1.
- 47 *Ibidem*.
- 48 "Ciência e consciência", *A Madrugada*, n.º 56, 31/8/1918, p.2, col.1.
- 49 *Colecção Castro Osório*, Esp. N12/32, carta de Carlos de Magalhães Ferraz a Ana de Castro Osório, datada de 30/06/1922.
- 50 Elina Guimarães, "O papel sociopolítico das mulheres na I República", *Diário de Notícias*, 5/10/1976, p.17.
- 51 Idem, *ibidem*.

## Antologia

### 1. Republicanas de 1908 - Maria Adelaide Brito (Benavente)

(*O Mundo*, 25/08/1908, p. 1, cols. 3-4)

#### «A Mulher e a República

Com as suas mais sinceras homenagens, *O Mundo* publica o retrato da gentilíssima senhora que anteontem teve a nobre coragem de secretariar a mesa que presidiu ao comício de Benavente. Foi mais um belo sintoma esse corajoso acto. A mulher portuguesa, que tem sido instrumento do padre, e, portanto, da reacção política e religiosa, vai mostrando a sua simpatia e a sua solidariedade com a causa da democracia que, sendo a causa da justiça, é a causa dos oprimidos. A mulher portuguesa emancipa-se da tutela que lhe tem imposto e impõe a Igreja e vai abraçando a política que, tendo por lema a liberdade, deve merecer o aplauso da sua consciência. Quando outros indícios não mostrassem que a República é, em Portugal, uma causa vitoriosa — este seria decisivo.»

**2. Discurso de Ana de Castro Osório  
na sessão fundadora da Liga Republicana  
das Mulheres Portuguesas - 28/08/1908**  
(*A Mulher e a Criança*, n.º 1, Abril de 1909, pp. 1-4)

**«Liga Republicana das Mulheres Portuguesas**

Minhas senhoras e meus senhores: — Deixai-me primeiro agradecer a imerecida honra que me foi feita pelos srs. drs. Bernardino Machado, Magalhães Lima e António José de Almeida, convidando-me a ocupar o lugar de honra numa reunião, em que só eles o deviam ter, visto que a eles pertence a iniciativa de convidar as mulheres portuguesas a juntarem-se numa liga democrática, que trabalhe pela república, trabalhando pela melhoria da sorte do povo português.

Nós, minhas senhoras, somos as convidadas, nós vimos corresponder a um apelo que nos é feito, temos, pois, que começar por agradecer uma honra que me é feita não a mim pessoalmente, mas a todas as mulheres em geral, e às portuguesas em especial. Só assim eu poderia aceitar este lugar e agradecê-lo.

Minhas senhoras: — É para vós principalmente, que vou falar, porque vós, mais talvez ainda do que os homens, tereis ficado surpresas, e quiçá assustadas, ao ver que três nomes superiores do partido republicano, três dos seus dirigentes mais estimados e justamente considerados, apelavam para vós, pediam o vosso auxílio e vos aconselhavam a unir-vos numa liga democrática, que sinceramente trabalhasse pela república, trabalhando assim pelo futuro mais feliz de nossos filhos.

Este facto deve ter, na verdade, surpreendido a grande, a enorme maioria das mulheres portuguesas, que vive confinada no seu ideal estreito, que vive apertada nas malhas dobradas dos costumes mouriscos, que ainda são os nossos, que mal tem espaço para respirar dentro da tirania mansa, que exerce a família, a sociedade e os costumes sobre a sua tão simpática individualidade.

A mulher portuguesa habituada a ser tratada como criança, caprichosa e fútil, acumulada de deveres espinhosos, mas sem direitos alguns sociais, terá ficado hesitante, temendo ainda desagradar aos homens, seus senhores, vindo ostensivamente tomar o seu lugar na sociedade. A mulher portuguesa está tão habituada ao cativo, tão adormecida na sua aparente indiferença sistemática, que é preciso, realmente, que seja o homem que lhe prove, que lhe não desagradará, mostrando francamente o que sente e pensa...

Nos últimos tempos, como sempre que uma grande agitação social se tem feito no nosso país, a mulher provou que não era, tal como a imaginavam, uma criatura sem opinião, sem iniciativa e sem coragem; uma boneca vestida de trapos e coberta de jóias ou uma miserável andrajosa calcada pelo trabalho violento, pesado e embrutecedor.

Em todas as classes, vestida de seda ou vestida de chita: a que se pretende «filha d'algo», como a modesta burguesa ou a laboriosa operária, em todas as classes e posições sociais a mulher portuguesa mostrou nos últimos sucessos que se deram em Portugal, que era «realmente alguém».

Involuntariamente, talvez! Talvez somente impelida pelas forças dos seus nervos vibráteis, sentindo na sua

grande alma de apaixonada a repercussão eléctrica do choque que traz convulsionada toda a gente portuguesa, descontente em todos os campos, sentindo em todas as posições e partidos que não é seguro o terreno em que pousa os pés.

Os reaccionários apelaram para as suas mulheres e encontraram-nas ao seu lado com uma dedicação, uma confiança, uma energia, que nós, como mulheres, não podemos deixar de admirar.

Não podemos nem devemos levar-lhes a mal, porque são crentes em outros ideais, porque trabalham pelo triunfo da sua causa, fazendo a sua propaganda como sabem, podem ou querem.

Cada um usa das armas que possui. E os partidos reaccionários servindo-se das mulheres para a sua propaganda mostraram apenas que são hábeis e muito conhecedores da alma humana. Eles viram a tempo que o seu poder lhes fugia se o não pusessem sob a protecção da mulher, que é, que foi, que há-de ser sempre – escrava ou senhora, com direitos ou sem eles – quando é ambiciosa, quando verdadeiramente quer, com essa persistência que vence impossíveis, com essa pertinácia a que ninguém resiste, a verdadeira soberana na sociedade.

Porque elas não estão connosco e na nossa opinião o seu caminho é o mais tortuoso e o mais perigoso para a sociedade, nós devemos insultá-las e odiá-las?!... Não! Elas estão na lógica da sua educação, da sua idiossincrasia, das suas vaidades, dos seus defeitos, das suas próprias qualidades... que as têm, como toda a gente, misturadas com esses mesmos defeitos.



A propaganda das mulheres reaccionárias enfastia e contraria os liberais?... Pois bem, minhas senhoras e meus senhores, o caminho a seguir é só este, que por iniciativa de alguns dirigentes do partido republicano se inicia hoje aqui.

À sua propaganda opusemos a nossa propaganda. Às suas razões a nossa razão. Ao seu trabalho o nosso trabalho. Ao lado da sua obra de reacção e de ódio, ergueremos as nossas obras de liberdade e de amor. Elas levantarão igrejas, nós abriremos escolas. Elas porão os olhos no seu rei, e os joelhos em terra, numa postura humilde e degradante; nós estenderemos as nossas mãos ao povo para o levantarmos pela consciência e pela inteligência até junto de nós.

E nenhum ódio lhe devemos ter. Elas são o passado, nós somos o futuro. E o passado, por mais que se lhe queira torcer o sentido, é sempre uma coisa que já não existe senão na memória e na saudade dos velhos.

Os liberais portugueses, ao contrário dos reaccionários, pouca ou nenhuma, vontade têm tido de chamar a mulher em auxílio da sua propaganda. Mas hoje, que alguns dos seus chefes se dirigem a elas, como quem lhes dá direitos novos de cidadãs, as mulheres correspondem ao seu apelo mostrando-lhes que, apesar de tudo, até onde eles foram, fomos também nós sem que o pressentissem; que a caminhada que julgaram fazer desacompanhados a faziam sob as nossas vistas; que as ideias que julgavam demasiadamente deslumbradoras para nós, não nos cegavam, antes as achamos já mesquinhas em parte; que as aspirações que julgam somente suas, são também as nossas!...

A república, minhas senhoras, não sendo uma forma de governo nova nem perfeita — porque não há nada que em absoluto o seja — é no entanto mais lógica, mais compreensível à nossa inteligência e mais tolerável à nossa razão, dando-nos também mais garantias de progresso.

Acusam-nos alguns porque aceitamos a república e fazemos a sua propaganda, nós as mulheres, que nada devemos aos governos nem aos legistas. E perguntam-nos com indignação: «O que nos importa a forma de governo?!...»

Importa-nos muito, porque estamos ainda dentro da sociedade, dentro da lei, dentro das convenções e a maioria não quer nem pode sair desses limites. Importa-nos e interessa-nos a república portuguesa, porque só ela nos pode fazer o que a monarquia nem sequer se atreve a admitir em pensamento.

Será a monarquia portuguesa, apostólica e fanática, capaz de nos dar o divórcio?

- Nem sequer o deixa discutir nas cortes.

Será qualquer governo monárquico capaz de nomear uma comissão para rever o código civil, dando com essa revisão iguais direitos à mulher e ao homem?...

- Só pensar nisso, a encheria de pavor.

É o governo monárquico, qualquer que seja o seu partido, capaz de dar uma instrução larga, aberta, profundamente social e profundamente humana, que desejamos para os nossos filhos?

- Não é, teria medo de o fazer.

É capaz de pôr ponto em abusos e maus costumes para nos dar uma administração honesta e compreensível?

- Não o pode fazer, que a clientela lho impede...

Logo... a primeira *etapa* da nossa jornada é essa.

Não cumprirá a República os seus compromissos, fazendo-nos hoje o que há cem anos fez às mulheres da revolução a república francesa, negando-lhe todos os direitos e amarrando-a, mais fortemente do que estava antes, com esse miserável código de Napoleão, que a terceira república ainda não conseguiu reformar de todo?!...

- Mas aí é que está o nosso interesse a salvar. Se as mulheres souberem organizar e manter a sua liga, tornando-a útil e proveitosa, serão uma força social com que a república terá, fatalmente, de contar. O caso, nesse ponto, é só com as mulheres. Cada um tem o que merece, e nós, se continuarmos nesta indiferença de nós mesmas, nesta recusa de direitos que nos acarretam deveres, não merecemos realmente muito.

Acusam-nos de gastarmos a nossa energia a trabalhar pela república, quando temos um mais vasto e mais alto ideal a conquistar...

Mas... nós não somos sós! Nós, individualmente, vamos onde os outros vão, conhecemos o caminho por onde os outros caminham, pomos os olhos no ponto onde os seus olhos se fixam, mas colectivamente não podemos ir tão depressa. Nós não podemos dar tudo para quem até aqui não tem tido nada.

Estamos como aqueles que resolvem e combinam um passeio à montanha escarpada e difícil, pensando acampar e descansar lá no cimo, onde a vista se estende mais largamente e os pulmões respiram ar muito mais puro. Ao princípio vão todos juntos, alegres e satisfeitos, atacando com coragem as asperezas do caminho; depois,

os mais ágeis, os mais novos, os mais habituados a esse exercício, começam a distanciar-se, trepam com facilidade relativa, procuram caminhos mais curtos, vão, numa febre de chegar depressa, até ao fim da excursão, sem pensarem nos que ficaram atrás. Uma vez lá em cima, excitados, alegres, felizes, acenam aos retardatários, chamam-nos em altos brados, dão-lhes conselhos, ensinam-lhes o caminho que trouxeram...

Mas tudo isso é inútil, se não houver quem, entre os que melhor sabem andar por esses caminhos, não voltar atrás e pacientemente os ensine, não com palavras, mas com a efectividade do seu braço. Se não houver quem, firmando-se bem nas pernas os empurre para a frente, lhe dê a mão, os ajude a trepar, quantos ficarão atrás, quantos desistirão do passeio!...

Esta é a nossa missão no momento actual. Muitos nos ficam atrás e nos chamam demasiadamente avançadas; outros, já lá muito acima, alcunham-nos de preguiçosas e atrasadas. Nem uma coisa, nem outra. Estamos no nosso lugar, auxiliando as que não podem nem sabem subir sozinhas.

[...] Eis o motivo porque eu, como mulher e como feminista, aceito a política como arma de libertação, e desejo que a mulher, ao entrar nela, não vá para o campo mesquinho dos interesses pessoais, mas para o largo horizonte das reformas sociais, que, mais do que a ninguém, a elas devem interessar. [...]»

**2.2 A Liga e o Partido Republicano Português**  
**— O Congresso de Setúbal**  
(*O Mundo*, 27/04/1909, p. 3, cols. 4-5)

**«Congresso Republicano - A mensagem da Liga  
Republicana das Mulheres Portuguesas**

A mensagem enviada ao Congresso Republicano de Setúbal pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas é do seguinte teor:

Cidadãos. — A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas resolveu, na sua última reunião, participar-vos oficialmente a sua existência e dizer-vos, ao mesmo tempo, que podeis contar com o apoio moral da mulher portuguesa, que põe no advento da República a esperança da salvação da nossa Pátria comum. Nós estamos ao vosso lado, e a nossa propaganda, se não é tão rasgada e tão eficaz como a vossa, é, sem dúvida, igualmente sincera e igualmente tenaz. O que a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas tem já feito pela propaganda dos nossos ideais é bastante, mas o que fará de futuro, levando a todas as terras e a todas as famílias a semente fecunda das ideias democráticas, conquistando a mulher e conquistando, com ela, a criança, que é o futuro, é muitíssimo, é imenso! Que os republicanos portugueses assim o julgam, manifesta-o a simpatia com que foi por todos recebida a fundação da nossa associação. Que os republicanos portugueses saberão, no governo, cumprir o rasgado programa liberal afirmado na oposição, não o duvidamos! Eis o motivo porque, desassombradamente, fazemos a propaganda da República,

afirmando que ela será no nosso país a libertadora de todos os escravizados; e ninguém como a mulher o é mais nas nossas leis como nos nossos costumes bárbaros. Aceitai, pois, os protestos da nossa solidariedade. — Saúde e República. — Setúbal, 23 de Abril de 1909. — A presidente, Ana de Castro Osório; a secretária, Rita Machado; a tesoureira, Adelaide Cabete; as vogais, Carolina Beatriz Ângelo e Filomena Costa.»

### **3. Pela República**

#### **3.1. A Revolução de 5 de Outubro de 1910 - Ana de Castro Osório**

*(A Mulher e a Criança, n. 17, Outubro de 1910, pp. 3-5)*

#### **«Pela República**

A Revolução triunfante trouxe-nos enfim a República tão ardentemente desejada e para a qual, ainda que pouco, alguma coisa concorremos.

[...]

Desde que a propaganda republicana deixou de ser tema para academia de literatos, despeito de incompreendidos, utopia de iluminados e se concretizou, desceu às ruas, empoçou a terra com o sangue generoso dos heróis, falou ao povo na linguagem simples que lhe chega bem ao íntimo e revolve lá dentro a ânsia da libertação que na nossa raça vem dos tempos mais historicamente afastados,

a República encontrou nas mulheres as mais frementes propagandistas.

Não é de hoje nem de ontem, é de há vinte anos, é de há trinta, é desde o princípio em que se lutou e trabalhou.

Foi a mulher republicana quem educou muitos dos republicanos de hoje, foi a mulher que detestava a monarquia corrupta quem mais seguramente preparou este surdo estado de revolta, em que a sociedade portuguesa tem vivido, fazendo crescer em cada dia a onda avassaladora que em maré cheia subverteu agora o regímen caduco.

Era ela a que todos os dias protestava contra os roubos, ela a que mais sofria com o aumento sempre progressivo dos impostos, a alta inconcebível dos preços da alimentação, das casas, da água, da luz.

A revolta da mulher levou anos a explodir, mas nem por isso foi menos firme, nem por isso foi menos nociva ao velho estado de coisas.

Mas quando em Portugal a mulher, que é atavicamente modesta e presa de preconceitos, pôde reunir-se numa agremiação, como a nossa, ostensivamente política e de propaganda social, é que o regímen se devia ter considerado morto. Não era pelo mal que nós lhe podíamos fazer, mas era pelo que representava de sintomático para a monarquia em descalabro. Que eles avaliaram bem a força moral que a Liga representava, prova-o o ódio que lhe votaram os reaccionários, o ridículo que sobre ela quizeram lançar, a guerra desleal e ignóbil que nos moveram individual e colectivamente.

Nós não fizemos muito pela República, materialmente falando, mas fizemos bastante moralmente, só pelo simples facto de nos mantermos agremiadas a despeito de tudo.

A República é, pois, também um pouco obra nossa, a nossa filha — não o esqueçamos! Por isso o seu triunfo é o nosso triunfo, a sua alegria a nossa glória também.

Mas exactamente porque queremos ter honra de para ela termos concorrido, ainda que modestamente, é que também queremos ter o direito de a defender, de a conservar pura e alta, de a fazer estimada e justa, de a impormos como exemplo aos mais descrentes.

Mais do que nunca a «Liga Republicana das Mulheres Portuguesas» necessita de viver e progredir servindo a Revolução que salvou a Pátria Portuguesa do mais abjecto dos atoleiros.

Nós queremos e devemos servir a República, não servindo homens mas servindo ideias, impulsionando a sociedade portuguesa, de modo a que ela não possa mais voltar atrás, e desse velho edifício que as balas revolucionárias esburacaram, não se possa mais fazer reduto para os velhos princípios odiados.

A República está feita politicamente e reconhecida a sua superioridade, de modo que só em desvairados bestuntos cabe uma contra-revolução, que seria vencida à gargalhada, mas a República na sua pureza de linhas e de ideais libertadores, não existe ainda na alma da maioria que a aclama.

A República precisa de ser mantida e defendida e, sobretudo, propagandeada tanto ou mais do que o era no tempo da adversidade.



Nós, as mulheres que formamos a Liga, temos responsabilidades para o futuro, responsabilidades que não devemos nem queremos alijar.

Mais do que nunca devemos trabalhar, dando à República o nosso apoio moral, preparando para o futuro as almas a desabrochar.

A República Portuguesa, filha da revolução popular, vinda directamente dos oprimidos, não pode, não deve esquecer a mulher, a secular oprimida pelas leis, pelos costumes, pelos odiosos preconceitos.

A República Portuguesa precisa de preparar uma Pátria livre formando cidadãos livres, e só a mulher a pode auxiliar, como só ela a pode prejudicar.

[...]

Agora que nenhum perigo existe em mostrar cada um o que pensa e sente; agora que as mulheres republicanas não comprometem com os seus actos a posição especial dos seus maridos, pais ou irmãos, – agora nenhuma desculpa têm não vindo para o nosso lado, não trabalhando connosco na propaganda educativa e social que dará o triunfo definitivo da República!

Dêmos-lhe todo o nosso trabalho e todo o nosso apoio, pensando com reconhecimento que, sem ela, nós, as mulheres, nada poderíamos avançar nem progredir socialmente, debaixo dessa odiosa tirania que já não era mais do que a defesa brutal dum regímen moralmente falido.

A República precisa de nós; não lhe regateemos o nosso apoio.

Defendamo-la dos seus inimigos, defendamo-la dela própria se alguma vez fraquejar no seu caminho rasgadamente progressivo e libertador.

[...]

Não o esqueçamos! O povo português precisa de nós, que somos as suas mulheres, as mães dos cidadãos de amanhã, as educadoras, as companheiras livres numa sociedade libertada.

Trabalhem dentro da República, felizmente triunfante, pelo futuro da República incorruptível, salvadora, progressiva e forte.

Saudemos a Revolução que nos trouxe a República pela qual trabalhámos, e para a qual continuaremos a trabalhar sem desânimos nem desfalecimentos.»

### **3.2. A Revolução de 14 de Maio de 1915**

**- Ana de Castro Osório**

*(A Folha, 23/06/1915, p. 3)*

**«Após a revolução — 1**

*A Madrugada*, órgão da *Liga Republicana das Mulheres*, publicou no seu número passado, o protesto espontâneo e imediato, provocado pela miserável ditadura, que vexava os sentimentos liberais e a intuição da justiça que tem o povo português.

Por um acaso que consideramos feliz, porque é sempre uma felicidade ter ocasião de proclamar bem alto a verdade e fazer ouvir a voz da justiça e do direito, coube-nos a honra de assinarmos essas palavras, que representavam o sentimento da maioria, senão de todas as nossas consócias.

É a nós também, que, nesta hora calma, em que já mal se ouvem os ecos da luta e são ainda tímidos os doestos e retaliações que tão mal têm feito à República, cabe o honroso encargo de dizer algumas palavras, que não serão de triunfante alegria, nem cantarão a vitória do ideal republicano, que é o nosso, porque este triunfo custou muito e generoso sangue do nosso bom, do nosso admirável povo português.

Entre mortos e feridos são mil e tantas as vítimas da traição de quem pretendeu governar um povo, cheio de susceptibilidades na sua fé democrática, como se governa haringa de pretos.

E pelo que os jornais relatam, o maior culpado de tantas amarguras e de tanto ódio que explodiu na sociedade portuguesa, nem sequer ainda compreendeu a extensão do mal feito, e numa inconsciência que só terá em vista justificar os que desculpam com imbecilidade os seus actos, mostra a sua insensibilidade absoluta, a falta de compreensão da enormidade do seu crime.

O ditador come, bebe e discute ainda a guerra europeia, não se esquecendo de afirmar hoje, como afirmava antes de lhe darem o governo, como mostrou logo que o assumiu, cumprimentando o Kaiser, a sua paixão germanófila.

Causa-nos repulsa este facto, não só pelo que em si representa, como pelo que reflecte das opiniões de muitos que o levaram e conservaram, contra toda a razão e todo o critério, no poder, que se mostrou já incapaz de usar com a inteligência, a calma, a fé republicana e patriota que se reclama num momento que é de perigo para todos os Estados e de ansiedade para todos os povos.

Nós que fomos das primeiras corporações a protestar, sem interesse nem razão directa para o fazer, mas simples e espontaneamente pela defesa do direito e pela intuição do perigo que ameaçava a República, que é mais do que a nossa obra, a nossa fé patriótica, não podemos deixar na hora grandiosa do triunfo de vir dizer aos que se sacrificaram pela defesa da lei, a nossa dor e a nossa solidariedade, como o nosso orgulho de os considerarmos bem nossos irmãos pelo sentimento e pela fé que os levou até ao sacrifício da vida pela defesa da lei, que é a força e o direito.

[...]

Lamentando, pois, todo o sangue vertido, não podemos deixar de vir nesta ocasião dizer algumas palavras sobre a política que o determinou.

(*A Folha*, 08/07/1915, p. 2)

### «Após a revolução — 2

É certo que nos contestam o direito de influir directa e legalmente na marcha política da sociedade, mas como isso não obsta nem nunca obstou, a que as mulheres tivessem olhos para ver, critério para julgar e amor para dar às causas que abraçam; como isso não obsta a que a mulher sinta, mais ainda do que o homem, o resultado da boa ou má direcção dos negócios públicos, como isso não impede, nem nunca impediu que a mulher influísse, às vezes decisivamente, na marcha dos acontecimentos que

se desenrolam em todas as sociedades constituídas, por mais fechadas que pareçam ser, por mais masculinizadas que se queiram mostrar; nós tomamos o direito, embora contestado, de julgar os factos segundo o nosso modo de sentir, de ver e de pensar.

Para bem se compreender que a pouco mais de 4 anos de República, proclamada pelo povo sem quase resistência dos monárquicos, fosse necessária uma revolução para defender os princípios expressos na sua constituição, é necessário começar pela origem do mal que se esboçou desde logo e nós não deixámos de denunciar como um perigo para o futuro, que nem julgámos pudesse ser tão próximo.

O grande mal, podíamos até dizer — o crime — se fosse propositado, dos governos republicanos, consistiu em suporem os vencidos criaturas capazes de lealmente reconhecerem a importância do regímen monárquico, que não souberam nem quiseram defender, integrando-se numa República que igualmente não podem nem sabem amar.

E como partiram do princípio de que já não havia perigo para o regímen, que o povo queria e os outros aceitavam com falsa resignação, a propaganda política do ideal republicano foi descurada e nem sequer deram ao problema educativo a importância fundamental que deve ter — porque é da escola absolutamente laica e intransigentemente patriótica que devemos esperar a maior e verdadeira consolidação da República.

[...]

Mas o que não é fácil, o que exige uma lenta preparação educativa é criar esta altivez de carácter, esta nobreza de sentimento, de civismo, que somente

tem bases seguras numa instrução e numa educação libertadoramente orientadas.

[...]

O dr. Magalhães Lima, ao tomar posse da pasta da Instrução, que é para nós a de mais responsabilidade no futuro e na consolidação da República, contou o caso dum operário que tomou parte no movimento revolucionário, o qual abordando-o ao entrar no ministério pela primeira vez lhe disse, forte da sua justiça e da sua razão:

«Sr. Doutor: Nós deixámos a nossa casa, a família e o trabalho para ir combater pela lei. Não será muito, sr. Doutor, que v. ex.as trabalhem agora um pouco por todos nós.»

(A Folha, 25/07/1915, p. 3)

### «Após a revolução — 3

O sr. dr. Magalhães Lima sentindo-se comovido com a fé depositada pelo povo nos seus dirigentes morais, declarou que não entrava no governo, e muito especialmente neste ministério, para fazer perseguições, porque deseja e quer que todos trabalhem pela República.

Mas trabalhar pela República é confiar a educação do povo e a formação das classes dirigentes de amanhã a quem tenha a religião dos princípios e ame como a incarnação do sentimento e do orgulho pátrio, o regímen que através dos oito séculos da nossa História tem sido sempre a ameaça aos traidores e a esperança dos patriotas.

Recordando a frase incisiva de João Chagas, que define bem a necessidade de defesa que todos sentimos,

«O país é de todos, mas o estado é republicano.», podemos acrescentar que a instrução é a base do Estado e que mal se pode equilibrar um Estado republicano se a educação a cargo das famílias lhe for contrária, e se a instrução pública não reagir contra esse fundo de reacção, de resto bem explicável se considerarmos o desprezo com que se tem olhado para a educação da mulher, que é a primeira orientadora da sociedade, sendo a depositária da alma infantil.

Esta revolução, que mais nos satisfez moralmente do que a de 5 de Outubro, porque veio esclarecer muitas dúvidas e acabar com equívocos que estavam a perturbar a vida portuguesa, traz a lume a desconfiança e descontentamento do povo que segue animadamente a acção dos políticos com a qual nem sempre pode concordar.

[...]

(*A Folha*, 08/08/1915, p. 3)

#### «Após a revolução — 4

A prova está na flagrância desta frase dita por um marinheiro na tarde do dia 15 a quem entusiasticamente elogiava a acção patriótica da marinha: — «É verdade, minha senhora! Já duas vezes a fizemos no mar e eles em terra a desfazerem a nossa obra.»

E o que dizia este simples e rude marinheiro que acabara de arriscar a vida pela República, podemos dizê-lo também nós, as mulheres, que lhe demos todo o nosso

amor, toda a nossa fé, e que vemos a nossa obra tão mal aproveitada e o nosso esforço tão pouco compreendido.

No entanto, havemos de repeti-lo sempre: a República não pode nem deve esquecer e desprezar a mulher porque do seu espírito esclarecido, da sua alma libertada depende, mais do que do homem, a segurança do futuro.

A propaganda vai-se fazendo, embora lentamente, porque o número de mulheres republicanas cresce em cada nova propaganda que se inicia, mas é ainda pequeno comparando-o com a multidão das talassinhas que arrastam os homens à confissão católico-monárquica-conspiradora, menos por ideal do que por snobismo de elegância.

No entanto são essas as mulheres que prendem e casam com os portugueses que devem orientar as sociedades de amanhã e educar os rapazes que serão os militares, os magistrados, os políticos, os professores e hão-de dirigir as meninas que serão as suas continuadoras.

Por um direito sagrado de defesa, a República necessita cuidar a sério da educação e libertação da mulher, de contrário... «bem a podem fazer no mar», que em terra a irão desmanchando e desvirtuando.

O povo é republicano porque a mulher aí é já de há muito republicana; urgente se torna republicanizar mais a classe média, dando à mulher a consciência dos seus direitos e deveres e pondo de harmonia a sua ardente fé patriótica com a República, que é o símbolo da Pátria libertada.

Eis o que nesta hora de ponderação reclamamos dos homens que sinceramente desejam corresponder aos interesses do povo que neles confiou a sua guarda.»



## 4. A República ameaçada

### 4.1 Maria Veleda

(*A Madrugada*, nº 15, 31/10/1912, p. 1, cols. 1-2)

#### «Cinco de Outubro

Vão decorridos dois anos depois do glorioso dia, em que um punhado de heróis, dando a sua vida em holocausto à liberdade, desfraldaram sobre esta linda cidade branca e luminosa, o vermelho estandarte da revolução. Dois anos – e parece que foi há dois dias! Todos nós – os que ansiávamos pela vitória da ideia republicana – contámos as horas que durou o combate, por longos anos de agitada existência. Houve quem preparasse tudo para um suicídio, se acaso a revolução fosse dominada. A morte espreitava, sinistra, a cada canto, em contraste com o sol formosíssimo que se desdobrava em toalhas de luz sobre a cidade expectante e clamorosa. Corriam os mais desencontrados boatos, inspirados pelas mais desencontradas fantasias. Cada tiro de canhão, cada descarga de fuzilaria tinha em nosso coração um eco doloroso. Visionava-se o campo da batalha coberto de cadáveres, ouviam-se os queixumes dos feridos e os gritos dos combatentes. Sobre a terra sequiosa – penávamos – correriam ondas de sangue, e dessa terra assim fertilizada, brotaria uma seara forte e bela, produzindo o pão da Igualdade, que a todos nós fartaria. Momentos houve, porém, em que tudo julgávamos perdido. E um grande desânimo nos invadia, um grande desejo de morrer.

Viveram-se como num sono essas horas trágicas da revolução. E sonhando nos julgávamos ainda, quando ouvimos os primeiros gritos de vitória e divisámos ao longe a bandeira verde-rubra beijada pelo sol que parecia mais brilhante naquele esplêndido dia outonal. Nem se pode descrever o que sentimos nesse instante. Chorávamos e ríamos ao mesmo tempo; rancores antigos esqueciam-se, — a nossa alma como que mergulhara num banho lustral e renascia para a vida cheia de bondade, de perdão e de amor. Ninguém sentia ódio pelos vencidos, ninguém se sentia abrasar na febre das represálias. Sofrimentos por que todos tínhamos passado, como que se diluíam nos horizontes longínquos, e todos nós aspirávamos a um futuro de paz sob a nova bandeira triunfante. Não se exerceram perseguições, não se permitiram tiranias. A República Portuguesa foi grande na sua grande generosidade. Todos se lembram dos editais que o primeiro governador civil da República fez afixar em enorme profusão pelas esquinas, aconselhando o respeito pelos haveres e pelas vidas dos nossos inimigos, reduzidos à impotência. E ninguém se excedeu. Actos de selvajaria, como são tão vulgares em circunstâncias semelhantes, não se cometeram em Lisboa. O povo soube mostrar-se digno dessa República, que nascera altiva e luminosa, do sangue derramado por seu amor. E a esse belo exemplo de grandeza moral, que o povo português dava ao mundo, correspondeu o primeiro governo da República, — ao qual devemos tudo quanto a República fez de bom nos seus dois anos de existência, e que nos deu bem a medida da sua inteligência, da sua força e do seu poder. A ele se devem leis dum grande alcance

social, como a do Divórcio, da Família, da Protecção à Infância e da Separação. E se os ministros do governo provisório tivessem sido reeleitos, como bom senso e a experiência colhida aconselhavam, cremos bem que a política teria acertado. Infelizmente, porém, tal não sucedeu – e a discórdia aproveitou-se dessa má orientação para logo estabelecer os seus arraiais. Formaram-se prematuramente os diferentes partidos, menos para dignificarem ideias do que para seguirem homens. Cada chefe foi olhado como um ídolo – e como sempre que se criam ídolos, desencadeou-se a tempestade dos ódios, das rivalidades e das violências. Todo o passado glorioso e sem mancha do partido republicano desapareceu da memória desses desvairados. A antiga solidariedade que os tinha unido e como que os subordinara a uma só vontade e a um só dever – resgatar a pátria e dignificá-la pela implantação da república, – caiu no Lethes do esquecimento, e toda a superioridade de que esses homens tinham dado inequívocas provas, acabou por chafurdar na vulgar *comméragé* que costumam atribuir às pessoas do nosso sexo...

E assim, a república, em vez de progredir, tem-se mantido estacionária, quando não manifesta tendências para recuar... Nem podia ser doutra forma, dada a divisão das forças em que ela se amparava.

Pois bem.

Estamos a meia dúzia de dias da abertura do parlamento. Terão todos os nossos políticos compreendido quanto são perigosas as dissidências para o engrandecimento da nossa pátria, e como elas são ainda de resultados

contraproducentes para o seu prestígio pessoal? Assim o desejamos, pela pátria e por todos quantos contribuíram para a implantação da república. Acabe-se de incensar homens para se render apenas culto à ideia. Do contrário, este país sobre que a monarquia tripudiava como uma bacante ébria e impudica, não poderá levantar-se de ignomínia senão – com tristeza o profetizamos – à custa duma nova revolução.»

#### 4.2. Ana Augusta de Castilho (*A Madrugada*, n.º 30, 31/01/1914)

##### «Desilusões

Triste coisa esta a que se chama «lutas de partidos» e triste o espectáculo que essas rivalidades partidárias, entre nós, estão dando ao mundo, de olhos fitos neste pedaço de terra que tão boas condições de vida possui. Miram-nos e observam-nos, uns por curiosidade, outros por cólera e ainda outros lamentando a decadência dos homens que, a dois passos duma revolução que se fez humanamente, tão depressa esqueceram o compromisso que, perante inúmeras assembleias públicas, tinham tomado para com o povo, que os escutava cheio de crenças num futuro melhor, antevendo através da palavra quente e sugestiva dos caudilhos da República, o momento em que a nossa Pátria, livre das peias de um régimen fraudulento, começaria a trilhar o caminho da prosperidade, há tanto tempo perdida.

Unidos todos num abraço de paz e de fraternidade, a cumprir a palavra dada ao povo em momentos tão solenes, que nenhum interesse pessoal, nenhum ódio latente, nenhuma causa oculta, por mais imperiosa que fosse, teria força bastante para fazer quebrar — era assim que este bom povo ingênuo e crente julgava todos esses homens. Idealizava-os possuindo uma nobreza tal de sentimentos, que os faria pairar acima do lodaçal onde se revolvem todas as paixões vis e mesquinhas, e esperava confiadamente que o futuro confirmaria quanto era sincera nos assomos do seu delírio oratório, a palavra que arrastava as multidões e lhes fazia crer que, nessas tribunas improvisadas na praça pública, palpitavam só verdadeiros corações de portugueses.

Era nesta esperança de dias mais felizes que o povo às ondas, se agrupava em volta desses homens, afigurando-se-lhes cheios de fé e de boa vontade em fazer levantar do seu gasto passado um novo Portugal, que, honrando a República, honraria cada um dos seus homens.

Mas após a transição operada em 5 de Outubro, surge a ânsia insofrida de se derrubarem uns aos outros. A breve espaço — lugar à cobiça, lugar ao ódio e nem a ideia de ser por isso mesmo ameaçada a própria nacionalidade, lhes suspende o braço com que vão preparando a sua ruína.

Se, em vez do sistema que infelizmente começaram de seguir, olhassem com verdadeiro interesse para o estado de abatimento de todas as fontes produtoras do país, sendo a prova mais clara desta afirmativa a constante emigração, já Portugal estaria, a três anos da República, mais próspero, mais pujante de vida, e entre governados e governantes estreitar-se-iam, numa ajuda recíproca,

laços de verdadeira solidariedade, a valorizarem a República perante o estrangeiro e a consolidá-la, melhorando ao mesmo passo cada vez mais as condições de vida.

Mas, a três anos de República, a desilusão apodeira-se dos esperançados de outrora, e nós quedamo-nos hoje tristemente, vendo tanto trabalho por fazer no Parlamento e tudo posto de parte, ante as ambições mesquinhas dos homens!

Teremos ainda muito mais a que assistir? Não volverá o juízo a todas essas cabeças estonteadas? O «apeia-te que agora quero eu mandar» terá de ser, já agora, o apanágio dos que, em frase antiga e aparatosa, diziam *sacrificar-se pelo bem da Pátria?*

O cavaleiro da triste figura ficaria perante os defensores de *outro tempo* da República, fazendo figura mais brilhante do que estes paladinos de tigela e meia.

Quantas tolices inéditas (para nos servirmos da frase do sr. Mayer Garção a nosso respeito) poderão os homens ainda praticar?

E esta suposição é ainda para eles a mais favorável.»

#### **4.3 A Ditadura de Pimenta de Castro – Maria Veleda** (*A Madrugada*, n.º 38, 31/01/1915, p. 1, cols. 2-3)

##### **«Para Onde Vamos?!**

Não queremos ser pessimistas; mas a marcha que os negócios públicos vão tomando, autoriza-nos a perguntar: — «Para onde vamos?!»

A política que aí se vem fazendo, para vergonha e descrédito da República, já não é uma política de adversários — leal, inteligente, orientada no desejo de bem servir a Pátria: — é uma política de ódios, é uma política de infâmias e de traições.

Miguel de Vasconcelos, se pudesse ressuscitar, imparia de satisfação e de orgulho, vendo que o seu exemplo encontrou imitadores. E todos aqueles que, no final da dinastia de Avis, venderam a sua pátria e a sua consciência à Espanha, veriam, se pudessem levantar-se do seu leito de pedra, que a raça amaldiçoada dos traidores deixou uma ignóbil descendência em Portugal.

Já não é à linguagem desbragada dos jornais que pretendemos referir-nos, nem às venenosas discórdias que separaram, logo após a implantação da República, homens que, na véspera, combatiam pelo mesmo ideal lado a lado, como irmãos. É aos seus actos de preconcebida maldade, ao seu criminoso desejo de arrastarem Portugal ao mais vergonhoso dos suicídios.

O que todos os dias estamos vendo, enche-nos de justificadíssimo receio pelo dia de amanhã.

Conta-se que o sr. Machado Santos dissera na noite agitada de 16 do corrente, a alguns republicanos:

— «Talvez seja hoje o último dia da República!»

Quando um homem, como o sr. Machado Santos, se aventura a fazer tão assustadora suposição, que poderemos nós dizer?!

Todos esses desvairados, que são uma grande parte dos políticos portugueses, não estarão, de facto, arrastando Portugal para um abismo?!

O gesto intempestivo de alguns oficiais do nosso exército, que, exactamente num momento em que tanto convinha não agravar situações melindrosas, e procurando um pretexto de todo o ponto inaceitável, tanto contribuíram para criar gravíssimos embaraços ao governo transacto e apontar-nos ao estrangeiro como um país de indisciplinados, — esse gesto encheu-nos da mais profunda e justificada mágoa. E nem nos serve de lenitivo a certeza de que, se fossem mulheres que assim procedessem, com tanta levandade e tal falta de patriotismo, numa ocasião em que toda a prudência seria pouca — não faltariam homens que nos chamassem frívolas ou inconsequentes... — e seria o menos que, com justiça, poderiam chamar-nos...

Não! as coisas, assim como estão não devem, não podem continuar! Caminhamos a passos de gigante para a nossa inevitável ruína.

Lembrarmo-nos de que, no dia 28 de Janeiro deste ano, se cumpriu o que o ditador João Franco não se atreveu a fazer há sete anos, por ocasião do generoso mas malogrado movimento que os republicanos então levaram a efeito, — lembrarmo-nos de que se organiza, agora, no tempo da «liberdade», um governo militar, quando, no tempo da repressão, não houve quem tão violentamente procedesse, é para fazer perder a fé em tudo, e soluçar, mais uma vez, a frase histórica do solitário de Vale de Lobos: — «dá vontade de morrer!»

Diz-se que nas prisões do Estado se encontram, como há sete anos, dedicados e leais defensores da República. E, ainda não há muitos dias, um republicano da velha guarda, dos que mais se arriscaram pela implantação da



República, defendendo o seu ideal com as armas na mão, nos disse, com um sorriso de infinita amargura a errar-lhe nos lábios: – «Nunca em tempo da monarquia, vi a minha casa cercada; – pois tive-a agora!»

Isto é: em pleno regímen democrático, é-se perseguido por se ser republicano; e por se ser monárquico, é-se premiado!

Pois venham as perseguições, muito embora! – que os leais republicanos *de sempre* não-de saber cumprir o seu dever. Morramos todos pela defesa do nosso ideal, se tanto for preciso; mas que ninguém se deixe abater nem faça causa comum com os bandidos, que comprometem a dignidade e a independência da nossa terra.

Abaixo os traidores!

Viva a Pátria!

Viva a República!»

## 5. Republicanismo e Feminismo

**5.1. LRMP vs APF – 1911 – Carta de Maria Veleda**  
(MV esclarece o jornal sobre as diferenças entre a LRMP e a APF quanto à reivindicação do sufrágio feminino  
*A Capital*, 28/07/1911, p. 2, col. 5)

«Há Que Distinguir – A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas não é o mesmo que a Associação de Propaganda Feminista – E foi esta que pediu o sufrágio feminino, o que não quer dizer que a outra não trabalhe por ele

Sr. Director d'A *Capital* — Permita-me v. que em breves palavras, eu responda a umas delicadas insinuações que o seu jornal dirigiu ontem à Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Essas insinuações, resultantes dum pequeno equívoco são inoportunas, e é por esse motivo que me proponho rebatê-las.

Diz o seu jornal que a câmara contrariou violentamente as aspirações da Liga. Ora, isto é menos verdadeiro. A câmara não contrariou *nem podia contrariar* as aspirações da Liga, porque esta tem como base da sua propaganda a educação progressiva da mulher.

Creio que *A Capital* quis atingir a Associação de Propaganda Feminista que dirigiu num destes dias à Assembleia Constituinte uma representação pedindo o sufrágio feminino.

Mas esta Associação, muito embora iniciada por um grupo de sócias da Liga, que não concordaram com a atitude de livres pensadoras, tomada pela maioria, constituindo-se em sociedade à parte, não representa as aspirações da Liga, que — não sendo adversa ao sufrágio — pugna, em primeiro lugar, pela emancipação integral da mulher, considerando perigosa, por enquanto, e enquanto a mulher não estiver inteiramente liberta da tutela religiosa, a sua interferência na vida política do país. Não é que eu me sinta convencida de que os homens, neste ponto, estejam mais adiantados do que nós. Entre um analfabeto do sexo masculino e um analfabeto do sexo feminino, a diferença é nula. E era preferível que o voto se desse a mulheres instruídas em vez de dar-se a homens ignorantes. Creio que, a tal respeito, não pode haver duas opiniões. Mas sendo já tão avultado o número de eleitores

inconscientes, ir aumentar esse número com o voto da mulher, parece-me grave imprudência.

Note V. que esta é a minha opinião pessoal.

A Liga é sufragista, em princípio, teoricamente, mas abstém-se de fazer a propaganda do voto e trabalha, como já disse, pela educação progressiva da mulher. Assim, há uma comissão de propaganda, que se propõe fazer excursões pela província, com o fim de difundir os ideais modernos e combater os preconceitos que escravizam a humanidade.

Mas de que a câmara não é adversa às aspirações feministas, temos nós a prova na declaração ontem prestada pelo sr. Dr. Bernardino Machado, quando disse que a República «se fez especialmente para a mulher».

Que a Liga representa uma «excepção audaz» na nossa sociedade, afirma *A Capital*. Mas... perfeitamente! E o que era o partido republicano, na oposição, se não uma excepção audaz? Se as mulheres são conservadoras, a educação as libertará. Por consequência, dê-se o voto às sufragistas, médicas, professoras, a todas aquelas que possam apresentar, pelo menos, um certificado de exame de instrução primária – sem lhes perguntar se são conservadoras ou não, porque os homens também o são, e nem por isso lhes cerceiam os seus direitos políticos – e ter-se-á feito justiça.

Pela nossa parte, apaixonada defensora do direito moderno, iremos quebrando lanças pela igualdade entre todas as criaturas, sem preocupações de sexo; mas não podemos deixar de confessar que as sufragistas, até certo ponto, têm carradas de razão. – De V. camarada etc. – Maria Veleda.»

**5.2. APF vs LRMP – 1913 – Carta de Antónia Bermudes**  
(AB esclarece as diferenças entre a APF e a LRMP,  
*O Mundo*, 9/9/1913, p. 1, col. 2)

**«Associação de Propaganda Feminista**

Recebemos a seguinte carta:

Sr. redactor – Peço a v. a publicação desta carta, que nesta data e em iguais termos dirigi a outros jornais da capital:

Constando à comissão administrativa da Associação de Propaganda Feminista que há pessoas que confundem, ou procuram confundir esta organização com a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, a mesma comissão torna pública a independência destas duas colectividades, declarando que nada tem uma com a outra, e nem sequer dos seus corpos gerentes fazem parte sócias comuns às duas. A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, pelo seu título, evidencia bem que o seu principal fim é a propaganda republicana, enquanto que a Associação de Propaganda Feminista, como os seus estatutos ordenam e a sua filiação obriga, tem por principal missão o levantamento moral e intelectual das mulheres, sendo para melhor dizer um ramo da Aliança Internacional, cuja presidente é Mme. Chapman Catt, e a sua sede central é em New York (Estados Unidos) de onde emanam as principais deliberações como centro de uma organização internacional como é a nossa. A Associação de Propaganda Feminista abstém-se de política, e nas suas reuniões são expressamente proibidas as discussões políticas e reli-

gias, sendo obrigada a respeitar todas as crenças como reza o artigo 9 dos seus estatutos. Evidentemente quem supõe ou procura insinuar no espírito dos outros a convicção de que nenhuma deliberação é tomada na Propaganda Feminista sem prévia consulta da Liga Republicana labora num erro que só por ignorância ou mesquinhez de espírito é admissível. A Liga Republicana até o momento actual não colaborou com a Associação de Propaganda Feminista, e se algumas propostas tem levado ao parlamento com carácter feminista (combate ao álcool e a prostituição) essas mesmas têm sido exclusivamente suas e dentro do quadro da propaganda republicana levantamento moral da República pelo levantamento moral dos seus cidadãos. Temos ainda a dizer que o lançamento da criação da 1.<sup>a</sup> Escola Menagère destinada exclusivamente às classes operárias, saiu da Associação de Propaganda Feminista por proposta de uma das suas sócias em conformidade com o n.º 2 do artigo 2.º da sua lei estatutária e não “a la diable” por insuflação desta ou daquela colectividade. E para terminar desejamos declarar bem espontaneamente, que não nos move qualquer ressentimento ou malquerença contra a Liga Republicana, cujos trabalhos tanta simpatia quanto respeito nos merecem. A nossa Associação, porém, como já dissemos, respeitando as actuais instituições que, por mais progressivas, lhe são coerentemente mais simpáticas, e respeitando também a ideia da Pátria, não pode contudo envolver-se ou interessar-se em questões de política porque a sua condição internacional assim o exige. Julgamos que estas explicações serão bastantes para que as duas colectividades possam

seguir os seus destinos sem confusão de iniciativas nem dando lugar a hostilidades. Pela publicação destas linhas lhe ficamos muito gratas. Pela direcção. A vice-presidente, Antónia Bermudes – Lisboa, 7 de Setembro de 1913.

Não conhecíamos a Associação de Propaganda Feminista em Portugal. E continuamos a não conhecer, porque os esclarecimentos que dá a carta são poucos. Fazemos votos para que ela não siga o exemplo das sufragistas inglesas e trate a sério do feminismo. É causa que merece todas as nossas simpatias. Mas entendemos que em país como o nosso as feministas devem começar por emancipar a mulher do padre, que é, em regra, o seu mentor. Quando ela se liberte dessa escravidão, e quiser dedicar à política a devoção que, em regra, entrega à sacristia, a mulher pode intervir, sem perigo, nos negócios do Estado, porque, não há dúvida, ela quase sempre vê mais e melhor que os homens. A questão é ter os olhos desvendados – o que hoje não se dá senão com uma pequena minoria.»

### **5.3. Filiação de Maria Veleda no P.R.P – 1915**

*(O Mundo, 03/11/1915, p. 3, col. 3)*

#### **«Maria Veleda**

Desta nossa ilustre correligionária recebemos a seguinte carta:

A fim de prevenir e evitar mal-entendidos, como um que se deu na festa realizada em 31 do mês findo no teatro de S. Carlos, em que foi levantado um viva à Liga

Republicana das Mulheres Portuguesas, quando eu acabei de discursar, venho pedir-lhe a fineza de, por intermédio do seu mui lido jornal, fazer constar que estou inteiramente desligada da referida associação, tendo-me filiado no Partido Republicano Português, na qualidade de membro fundador da Associação Feminina de Propaganda Democrática. Sentindo necessidade de definir a minha atitude política, não me convinha continuar pertencendo à Liga, que tomou um carácter independente de todo o partidarismo; e é assim que abandonei ao mesmo tempo a direcção do jornal *A Madrugada*, órgão da mencionada associação. Na qualidade de secretária da Associação Feminina de Propaganda Democrática, fico ao dispor das senhoras que costumam consultar-me sobre assuntos políticos e associativos. Pela publicação desta carta [...].  
2/XI/1915.»

**5.4. O republicanismo da LRMP em 1916**  
– Carta de Antónia Bermudes  
(*O Mundo*, 19/01/1916, p. 4, cols. 2-3)

**«Uma carta – Pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas**

Recebemos a seguinte, cuja a publicidade nos foi pedida:

Sr. redactor. – É na minha qualidade de presidente da assembleia geral, e por estar demissionária a antiga presidente da Liga, que venho agradecer penhoradamente

ao nosso sempre muito prezado jornal *O Mundo* a maneira alevantada, digna e inteligente como tem encarado a orientação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, considerando a nossa atitude tão útil à República e a democracia como o será – não o queremos duvidar – o grupo que entendeu seguir a orientação disciplinadamente partidária. No próximo número da *Madrugada*, que é o órgão da nossa associação, teremos ensejo de explicar a nossa atitude de modo a não haver mais dúvidas nem confusões, mas não posso nem devo eu protelar por mais tempo a resposta que nos cumpre dar ao *Dia* que não lemos; e só pelo *Mundo* vimos que se referiu à nossa associação feminina que se filiou no Partido Republicano Português. A cisão que se deu na Liga não influenciou absolutamente nada na sua orientação, que é hoje a que foi desde o primeiro momento em que pela boca da sua fundadora e primeira presidente D. Ana de Castro Osório, foi dito na reunião inaugural, e publicado no primeiro número da revista *A Mulher e a Criança*, que era então o órgão da nossa associação. O grupo de senhoras que entendia dever a Liga filiar-se dentro de um partido militante, foi sempre pequeno, levantando-se oposição quando tal ideia se aventava, qualquer que fosse o partido de que se tratasse, porque a ideia que presidiu à fundação da nossa associação não foi nem podia nunca ser essa! Na propaganda representávamos a parte doutrinária e desinteressada na campanha, sabendo muito bem que pouco ou nada ganharíamos politicamente com o triunfo da nossa causa. Dentro da República nós devemos representar ainda a ideia em toda a sua pureza, liberta de compromissos, defendendo com energia e nobreza os



princípios, aceitando e defendendo o que for bom, condenando e combatendo o que for contra a Liberdade e a Democracia; condenando principalmente o que prejudicar a Pátria, que é a nossa grande e suprema religião. O que temos nós com os partidos políticos dentro da República? Nenhum deles ainda nos deu o direito de trabalhar pela administração política da nossa terra. No entanto, porque o nosso papel é estar sempre com os que mais avançados estão no caminho das ideias, quase sempre nos temos encontrado com o velho Partido Republicano Português nas campanhas e lutas em que mais entusiasticamente temos trabalhado. Acrescentarei mesmo que a maioria dos nossos consócios está individualmente com o Partido Republicano Português, a começar por mim, que nele encontro as ideias e as pessoas que mais se harmonizam com a minha maneira de sentir e de pensar; mas o que nós entendemos é que não é justo fazer de uma organização de mulheres republicanas, que devem tomar principalmente a peito a educação cívica e a propaganda do nosso ideal, chamando a si as mães e as educadoras a formarem a Pátria libertada de amanhã, possa limitar a sua acção à disciplina de um partido, por mais simpático que ele nos seja. Não tem, pois, importância nenhuma a intriga deles do *Dia*; porque todos sabem em Portugal que a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas não está nem podia estar com o sr. dr. António José de Almeida, porque ele, no governo e principalmente no seu jornal, desmentia as palavras formais que na reunião organizadora da nossa associação tinha proferido com aquele brilho que tinha nos seus discursos da propaganda. Publicado na revista

*A mulher e a criança* ele foi reproduzido em folha avulsa, que largamente se distribuiu em Lisboa, causando ao tempo alguma sensação. As palavras que precederam as do já então chefe do partido evolucionista não foram escritas pela sr.<sup>a</sup> D. Maria Veleda, mas pela nossa consócia D. Ana de Castro Osório, que sustentou sempre a opinião de que a Liga não pode nem deve ser partidária, pois, liberta na sua orientação política, servirá melhor a República e até os próprios partidos que se virem apoiados por uma agremiação absolutamente imparcial e desinteressada no momento em que encararem o interesse superior da República, simbolizando a Pátria. A prova está bem perto ainda: quando a ditadura pimentista desonrava a nossa terra, a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas encontrou-se no mesmo desejo de combater esse governo absolutamente contrário à República. Numa assembleia geral largamente representada foi aprovado por unanimidade que se publicasse o protesto firmado pelo nome bem respeitado e conhecido da nossa prezada consócia D. Ana de Castro Osório, que, afastada dos corpos gerentes, nunca deixou de prestar à Liga, nas ocasiões difíceis, o concurso da sua palavra ou da sua pena. Esse protesto, o primeiro que saiu na ocasião, foi o que mais se repercutiu no país e o único que teve eco no Brasil onde foi reproduzido nos principais jornais como sintoma alarmante para a ditadura vexante que nos esmagava. É, pois, o *Mundo* que está na razão e na lógica quando afirma que a Liga é estranha a partidos, mas encontra-se quase sempre de acordo com a propaganda mais rasgadamente democrática e patriótica do Partido Republicano Português, desejando sempre que assim seja,

porque é sinal de que este partido se não afasta dos princípios que nós defendemos através de tudo. A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, embora isto não agrade ao *Dia*, tem visto ultimamente aumentar muito o número de sócias, esperando que será em breve a mais forte e mais útil associação política do país, porque contará dentro do seu seio a grande maioria das mulheres portuguesas que amam a sua Pátria e a querem engrandecida e respeitada em toda a parte. Pedindo desculpa da maçada que esta enorme carta representa, peço que aceiteis os protestos da minha estima a muita consideração pelo Mundo e pela sua brilhante redacção. — De v. etc., Antónia Bermudes, presidente da mesa da assembleia geral da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas.»

### 5.5. O republicanismo da AFD em 1916

— Carta de Maria Augusta Ravasini

(*O Mundo*, 20/01/1916, p. 4, col. 3)

#### «Associação Feminina de Propaganda Democrática

Recebemos a seguinte carta, cuja publicação nos é pedida:

«Sr. redactor — Peço-lhe a fineza de ceder-me um cantinho do nosso *Mundo* para declarar, como antiga sócia, que fui, da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e actual presidente da Associação Feminina de Propaganda Democrática, que nunca — o que posso provar com muitas testemunhas — se pretendeu filiar aquela associação em

qualquer partido, muito embora houvesse um grupo de sócias que inclinavam incondicionalmente as suas simpatias políticas para o Partido Republicano Português. Digo isto, porque a sr.<sup>a</sup> D. Antónia Bermudes — de certo mal informada, visto não ter acompanhado desde o início o movimento daquela associação, pois é sócia desde o último trimestre de 1914, e sabe-se que a Liga foi inaugurada em Fevereiro de 1909, tendo a mesma senhora assistido apenas a três ou quatro assembleias gerais — insinua no *Mundo de ontem* «que o grupo de senhoras que entendia dever a Liga filiar-se dentro de um partido militante, foi sempre pequeno, levantando-se oposição quando tal ideia se aventava (sic), qualquer que fosse o partido de que se tratasse», etc. Felizmente, as actas da Liga lá estão para demonstrar que o nosso grupo — o que saiu da Liga para fundar a Associação Feminina de Propaganda Democrática — nunca pensou em filiar-se num partido qualquer que ele fosse, mas unicamente no Partido Republicano Português. A Associação Feminina de Propaganda Democrática — nunca será de mais repeti-lo — fundou-se principalmente em sinal de regozijo pelas melhoras do eminente estadista sr. dr. Afonso Costa — e tanto assim que as sócias presentes, na primeira assembleia geral desta colectividade, tomaram entre si o compromisso moral, como ficou consignado na acta, de proporem a dissolução da mesma, quando o sr. dr. Afonso Costa desaparecer do número dos vivos — aquelas que porventura lhe sobreviverem. É caso para que todos os bons republicanos desejem à nossa associação uma larga existência. Porque as palavras da sr.<sup>a</sup> D. Antónia Bermudes se prestam a uma interpretação equívoca,

apresso-me a dar estas explicações, resumindo-as o mais possível. De resto devo dizer que a Liga, colectividade em que me filiei antes da implantação da República, me merece, e a todas nós, a maior consideração, sob o ponto de vista associativo, desejando que ela prospere, assim como todas as colectividades femininas que defendem a República e os direitos da mulher. Quanto mais associações femininas houver, orientadas segundo estes princípios, tanto melhor! Isto provará aos rotineiros e conservadores que a mulher portuguesa deixou de ser um autómato para se converter num indivíduo autónomo e consciente. De v., sr. redactor, correligionária atenta e muito grata — Maria Augusta Ravasini. — Lisboa, 20 de Janeiro de 1916.»

### **5.6. LRMP e o Sidonismo — 1918**

(representação de 19/06/1918. dirigida a Sidónio Pais, pedindo a concessão do direito de voto às mulheres, *A Madrugada*, 31/08/1918, n.º 56, p. 1)

**«A nossa legítima aspiração! — A Liga Republicana não desanima na cruzada para conseguir o direito de voto — Representação ao Chefe do Estado**

Excelência

Ao fulgor revivescente e sadio da República nova, por V. Ex<sup>a</sup> assegurada com o prestígio do carácter e a robustez do patriotismo, deve acolher-se, mais animada em esperança, a natural aspiração da mulher portuguesa, procurando conseguir, dentro dos mais rígidos princípios liberais, adquirir finalmente o uso dos seus direitos políticos.

Não trazemos junto de V. Ex<sup>a</sup> nem recriminações, nem protestos, pelo triste desengano que nos proporcionou a República velha, esquecendo repetidas promessas, como gratidão merecida pelo nosso fecundo e activo trabalho de propaganda. A nossa voz ergueu-se respeitosa, não em súplicas mendicantes, deprimentes para o nosso sexo e para a nossa nacionalidade, mas em manifestações recordando sempre, com firmeza, os anteriores promettimentos, rapidamente esquecidos!

Assim, a República velha depressa soube repudiar-nos, mantendo-nos numa situação de inferioridade que absolutamente destoa dos mais rudimentares princípios da verdadeira, legítima e progressiva democracia!

Ainda hoje a mulher portuguesa, que tão altruísta se tem mostrado, continua parecendo escrava do egoísmo dos sucessivos governos, propositadamente negando-lhe que, directamente e com vantagem, possa ocupar-se dos assuntos políticos, colaborando para o engrandecimento da sua Pátria!

Apesar do próprio grande exemplo de outras nações, cultas e respeitadas, nega-se ainda hoje o direito de voto à mulher portuguesa, com o propósito firme, mas incorrecto, de evitar que desassombradamente, mas patrioticamente, manifeste o seu desagrado, por tantos erros ou desvarios do facciosismo político!

Melhor, mais nitidamente do que nós, sabe V. Ex<sup>a</sup> que não há exagero nesta afirmativa, que o sentimento e a mágoa nos impõem, assim como avalia e compreende a tremenda injustiça que nos tem atingido!

Não pedimos mais do que criteriosamente devemos pedir; nem aceitaremos menos do que a razão nos indica como sendo merecido.

O voto à mulher portuguesa não pode ser uma esmola, nem um simples favor, porque, num ou noutro desses aspectos, deixará de nobilitar a mão do estadista que o conceda.

Essa concessão é um dos frutos da Liberdade, sem contudo esquecermos na gratidão aquele que souber reconhecer-lá.

De há muito a Liga republicana das mulheres portuguesas trabalha para conseguir a realização desse desejo. Hoje, mais animada e segura de êxito, vem junto de V. Ex<sup>a</sup>, a cuja ilustração superior mais grato será atender, do que recusar.

Vai em breve reunir o Congresso da República, que V. Ex<sup>a</sup> denominou de nova, para a sua marcha e nas suas aspirações! É, portanto, momento asado para um grande acto de Justiça, quebrando de vez algemas que nos trituram os pulsos, ferros de escravidão que profundamente nos vexam!

Assim, porque lealmente sabemos compreender o limite justíssimo que deve ter a efectivação da nossa conquista, a V. Ex<sup>a</sup> pedimos que na nova Constituição a adoptar como base estável da Nação Portuguesa, seja concedido o voto a toda a mulher nascida no território nacional, maior de 25 anos, de reputação ilibada, que saiba ler, ou, que, tendo mais de 21, nas mesmas condições, possua qualquer dos cursos secundário ou superior, e, bem assim, àquela que, também de maior idade pelo Código Civil e no pleno uso dos direitos que este lhe reconhece, possua rendimento próprio, sem dependência do Estado, nunca inferior a seiscentos escudos anuais.

Outrossim pedimos que, para o uso desse direito cívico, nenhuma mulher dependa da autorização de marido,

pai ou qualquer pessoa de família, punindo-se com gravidade todos quantos directa ou indirectamente influam, ou exerçam qualquer meio coercivo, no intuito de contrariar o uso do mesmo direito, quer por ocasião de se organizarem os recenseamentos eleitorais, quer nos prazos das reuniões das respectivas assembleias.

Exposto assim o nosso desejo, escusado nos parece, Senhor Presidente, elucidar das vantagens que devem resultar da intervenção directa do nosso sexo nos assuntos políticos. Melhor, mais alto, falam por nós os inúmeros exemplos que a história pátria soube gravar nas crises mais dolorosas, sem devermos esquecer também a grande e patriótica lição de arreigada fé altruísta, demonstrada por todo o mundo neste momento trágico. Onde a alma, o espírito, o coração, a inteligência, a resignação e o patriotismo da mulher se engrandece, aí se deve também justificadamente e justiceiramente reconhecer-lhe o uso de um direito, que lhe pertence desde o berço.

A Liga das mulheres portuguesas, interpretando não só a aspiração das suas associadas, mas a de todas as suas compatriotas, aproxima-se portanto de V. Ex<sup>a</sup> convencida de que tomareis sob o Vosso patronato o nosso desejo vinculando o nome honrado de português ao deferimento desta representação

Saúde e fraternidade

Lisboa, 19 de Junho de 1918

Pela Direcção da "Liga Republicana das Mulheres Portuguesas",

Mariana A. Silva

Filipa de Vilhena e Oliveira

Angélica Viana Porto»



**6. Tempos sombrios – Carta de Carlos Magalhães Ferraz a Ana de Castro Osório**  
(BN, ACPC, *Colecção Castro Osório*, Esp. N12/32)

«Benfica 22 de Junho de 1922

Minha Iltre Snr<sup>a</sup> e [...]

Quanto mais penso na conversa que tive a honra de convosco ter, mais e mais incompreensível ela se me afigura! chegando, mesmo a pensar: que sonhei... ou então, que a minha mente a inventou!!

“Um movimento Nacional”?...

“O presidencialismo em marcha e a queda vergonhosa do parlamentarismo”?!...

“Uma República-aristocrática e a subversão da Democracia”?!...

“Não fostes Sidonista, porque o “sidonismo”, ou seja o “dezembrismo”, foi uma traição, mas, nem por isso deixais de ver a necessidade do presidencialismo, como uma modalidade imprescindível, para uma acção de força e de energia, e... se isso não suceder, expatriais-vos”?!...

Eu, creio, Senhora dos meus respeitos e da minha mais alta consideração, que se o vosso próprio falecido Marido, vos ouvisse, como eu tive a honra e o prazer de vos ouvir – apesar de discordar, das vossas asserções – ele próprio, repito, vos desconheceria, e, julgaria que... vos trocaram a vossa Democrática alma!!!

“Nunca fostes democrática, apesar de entre os ‘democráticos’, terdes os vossos melhores amigos”, no número dos quais eu muito orgulho, tenha de estar. E, “os vossos escritos de ‘*O Mundo*’, em tudo pessoais, penderam

sempre à selecção... de castas”; isto é, mandantes e mandados, ou seja, as velhas raças... mandando e, o... albardado – permiti-me a expressão – velho Povo, obedecendo!!!

Mas, então, para que se proclamou a República, para a proclamação da qual o vosso Esposo, e os meus velhos camaradas de “31 de Janeiro”, tanto lutámos e, tanto e tanto... nos temos sacrificado?!

Para, trabalhar para o presidencialismo, que eu considero: uma autocracia de gorro... frígio! não era necessário o 5 de Outubro, bastando por tanto, minha Ilustre e nobre Senhora, modificar, moralizando-a, a “adiantada” monarquia dos braganças!

Não! minha Senhora, não!! isso não pode de maneira alguma vir a realizar-se, enquanto eu, e, outros, que assim não pensamos, não... formos assassinados!!!

E, para isso, minha Senhora, será necessário que apareçam, muitos... “dentes de ouro” que, acordarão, creia-o, muitas almas Libertadoras, como a do nosso querido protegido, que Justiçou um criminoso digno de figurar ao lado de Miguel de Vasconcelos, e que, por vergonha nossa e covardia dos governos após Monsanto, mas por covardia ainda maior do governo Bernardino Machado – de quem eu, outra coisa esperava!... – se encontra vexando o Panteão dos Jerónimos!!!

Não! minha senhora, não!! – repito – isso não virá a realizar-se, sem que, exterminados sejamos, todos os “democráticos”!, “Defensores da República”, que, desprezando... os “videirinhos”, se continuarão a sacrificar para tal traição, não consentirem.

“A Mocidade”, assim o entendeu, e a acção vai em marcha para o triunfo”!

Mas essa “Mocidade”, cheira-me a sacristia... a feudalismo e deseja de esmagar as liberdades pelo Povo adquiridas!

Nesse caso, marchemos para a República Social, porque assim, se não traiçoeira a Democracia, em benefício da autocracia, e, é um descendente de velhos fidalgos, como vós muito bem o sabeis, quem quer morrer na defesa da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade, contra os defensores de princípios que... morreram na Rússia!

Vós, e essa “Mocidade”, já não tendes fé nos homens da governação, porque, depois de Monsanto, fruem de todas as regalias os açambarcadores, os capitalistas, enfim, os grandes ladrões! não tendo havido quem tenha a dignidade necessária para os meter a ferros, onde se encontram republicanos, vítimas, dos... erros dos governantes.

E, quem hoje, governa, afirmáramos-vos, que declarara expulsaria o “traidor” Rugeroni, quando fosse governo!

Pois, bem, minha Senhora, trabalhem por conseguir isso dentro da República-democrática, mas... sem a traiçoar, pois isso, seria traiçoar as Cinzas Sagradas, daqueles que por Ela têm morrido e, traiçoar até, a Pátria Nossa Muito Amada.

Rogo-vos reflexão. Os meus sacrifícios, e a quase miséria em que vive este revolucionário, que nada mais tem do que... o que em 1891, a monarquia me tirou, dá-me o direito, junto à amizade com que me honrais, a rogar-vos essa reflexão.

Outro Sidónio, mesmo... republicano – como se me desenhou o Liberate [?] – isso, minha Senhora, não pode ser, e pode mesmo, acreditá-lo... nem será!

Ainda não falei com a pessoa em nome de quem aí fui. Mas, se afirmou que ensinaria o Rugeroni, ensiná-lo-á. Se deixarem discutir as “propostas” de Finanças, depois disso, tratar-se-á dos grandes ladrões. Mas, se as não deixarem discutir, eu tremo pelo dia de amanhã pois o câmbio, segundo me dizem, estão-se preparando para o baixar a menos de 3 e, daí à vergonhosa falência e... suas consequências é um passo de gigante!!! E... Depois!!!!

Conservemos o que temos minha Senhora!

Parece-me... que estou ouvindo vozes de além túmulo a enterrar-ma!

E, os homens, patriotas e republicanos, desde que se entre na normalidade orçamental, creio que hão-de cumprir com o seu dever para prestígio da República, para honra da Nação e, para... gratos serem a Sacadura Cabral e Gago Coutinho.

Mas... se assim não fizerem, cumpre-nos então a nós, agir, com patriotismo e, então, ai deles, porque a República-democrática, lhes não perdoará!

Até lá, aconselhe... que esperem honradamente.

E, depois deste necessário desabafo, beijo-vos a mão, o respeitoso Am.º e Criado

*Carlos de Mages Ferraz»*

## Fontes e Bibliografia

### Fontes

**BN, ACPC, Coleção Castro Osório, Esp. N12:**

- Correspondência recebida por Ana de Castro Osório de: Ângelo, Carolina Beatriz - *N12/419*; Ferraz, Carlos de Magalhães - *N12/32*; Pelletier, Madeleine - *N12/445*; Pestana, Alice - *N12/96*; Pinheiro, Beatriz - *N12/97*; Veleda, Maria - *N12/308*.
- Correspondência de Ana de Castro Osório para: Castro, João Baptista de - *N12/8* e *N12/8-A*; Ferraz, Carlos de Magalhães - *N12/149*; Pestana, Alice - *N12/96*.

### Imprensa

*Alma Feminina* (1907-1908); *Alma Feminina* (1916-1928); *Boletim do CNMP* (1914-1916); *A Capital* (1911); *Diário de Lisboa* (1922); *A Folha* (1908-1917); *A Madrugada* (1911-1918); *A Mulher e a Criança* (1909-1911); *A Mulher Portuguesa* (1912-1913); *O Mundo* (1906-19--); *O Radial* (1910-1911); *República* (1911); *A República* (1908-1909); *A Semeadora* (1915-1918); *O Tempo* (1911); *A Vanguarda* (1911).

### Estudos

- **AAVV** - *O Longo Caminho das Mulheres - Feminismos 80 anos depois* - Lisboa, Dom Quixote, 2007.
- **Brandão**, Fernando de Castro - *A I República Portuguesa - Uma Cronologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.
- **Castro**, Zília Osório de **Esteves**, João (dir.) - *Dicionário no Feminino (Séculos XIX - XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.
- **Catroga**, Fernando - "A laicização do casamento e o feminismo republicano", in *A Mulher na Sociedade Portuguesa - Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, 1986, vol. I, pp. 135-152; *A Militância Laica e a Des cristianização da Morte em Portugal (1865-1911)*, Dissertação de Doutoramento, Coimbra, 1988, 2 vols.; *O Republicanismo em Portugal - Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, 2 vols..

- **Costa**, Fernando Marques da - *A Maçonaria Feminina*, Lisboa, Editorial Vega, 1979; *Elina Guimarães - Uma Feminista Portuguesa, Vida e Obra (1904-1991)*, Lisboa, CIDM, 2004.
- **Esteves**, João Gomes - *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas - uma organização política e feminista (1909-1919)*, Lisboa, CIDM, 1992; *As Origens do Sufragismo Português*, Lisboa, Bizâncio, 1998.
- **Guimarães**, Elina - "Evolução da Situação Jurídica da Mulher Portuguesa", in *A Mulher na Sociedade Contemporânea - Colóquios na A. A. da Faculdade de Direito*, Lisboa, Prelo, 1969, pp. 9-28; "Para a História do Feminismo em Portugal", in *Coisas de Mulheres*, Porto, Editorial Promoção, 1975, pp. 305-337; "O papel sociopolítico das mulheres na I República", *Diário de Notícias*, 5/10/1976, p. 17; "Sete décadas de feminismo", in *Boletim da Comissão da Condição Feminina*, n.º 1, Jan.- Março de 1978, pp. 7-15. "A mulher portuguesa na legislação civil", in *Análise Social*, vol. XXII (92-93), 1986-3.º-4.º, p. 561.
- **Guinote**, Paulo - *Quotidianos Femininos (1900-1933)*, Lisboa, CIDM, 1997, 2 vols.
- **Lamas**, Rosmarie Wank-Nolasco - *Mulheres Para Além Do Seu Tempo*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1995.
- **Marques**, A. H. de Oliveira - *Guia de História da 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1981; *Portugal - Da Monarquia Para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991.
- **Monteiro**, Natividade - *Maria Veleda (1871-1955)*, Lisboa, CIDM, 2004.
- **Nóvoa**, António (dir.): *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, Edições ASA, 2003.
- **Silva**, Maria Regina Tavares da - *Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do séc. XX*, Lisboa, CIDM, 1992; "História no feminino: os movimentos feministas em Portugal", in *História de Portugal* dirigida por João Medina, Ediclube, 1993, vol. XV, pp. 282-297; *Carolina Beatriz Ângelo (1877-1911)*, Lisboa, CIDM, 2005.
- **Souza**, Maria Reynolds de - *A concessão do voto às portuguesas*, Lisboa, CIDM, 2006.

## **Colecção Fio de Ariana**

- N.º 1 - Maria Veleda (1871-1955)
- N.º 2 - Carolina Beatriz Ângelo (1877-1911)
- N.º 3 - A Concessão do Voto às Portuguesas - Breve Apontamento
- N.º 4 - Deusas e Guerreiras dos Jogos Olímpicos
- N.º 5 - Mulheres e Republicanismo (1908-1928)



Quando se avizinha  
o Centenário da República,  
procurou-se traçar  
o envolvimento das mulheres  
entre 1908 e 1928.  
Durante duas décadas,  
em que o convívio com  
o republicanismo provocou  
esperanças e desilusões,  
as mulheres debateram,  
organizaram-se, actuaram.  
Escreveram, opinaram,  
polemizaram. Discursaram.  
Aderiram a causas.  
Politizaram-se. Reivindicaram.  
Expuseram-se, correram  
riscos, sofreram  
incompreensões, injúrias  
e agressões. Marcaram  
presença. Fizeram História.

João Gomes Esteves é  
Licenciado em História pela  
FL da UL (1983), Mestre  
em História dos Séculos XIX  
e XX pela FCSH da UNL (1988)  
e Professor da Escola E B I  
de São Bruno (Caxias).  
Autor de livros, artigos,  
biografias, comunicações  
e conferências sobre  
o movimento feminista  
nas primeiras décadas  
do séc. XX, foi-lhe atribuído  
pelas ONG da CIDM, em 1992  
e 1998, o Prémio “Mulher  
Investigação Carolina  
Michaëlis de Vasconcelos”.  
Integra o projecto Faces  
de Eva - Centro de Estudos  
sobre a Mulher, da FCSH,  
sendo um dos responsáveis  
pelo *Dicionário no Feminino*  
(séculos XIX-XX).

### fió de ariana

fió que Ariana deu a Teseu para que este conseguisse sair do labirinto depois de matar o Minotauro



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género  
Presidência do Conselho de Ministros